

Campo Maior: A Revolução Patriótica de 1808 e a Repressão Política de 1824-1834

RUI ROSADO VIEIRA

*Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa
Professor de História (Aposentado) do Ensino Secundário*

vieira.rmr@gmail.com

RESUMO

O texto que segue procura divulgar um conjunto de acontecimentos reveladores da capacidade de aproximação, para a defesa de interesses comuns, entre gentes da vila de Campo Maior e da cidade de Badajoz, bem como de práticas cívicas, por parte da população campomaiorense, próprias dos principais centros urbanos portugueses.

PALAVRAS CHAVE: Galluzo, Moreno, Cesário, Junta de Governo, Campo Maior, Badajoz, espanhóis, franceses.

RESUMEN

El texto que sigue busca divulgar un conjunto de acontecimientos reveladores de la capacidad de aproximación, para la defensa de intereses comunes, entre gentes de la villa de Campo Maior y de la ciudad de Badajoz, así como de prácticas cívicas por parte de la población campomaiorense, propias de las principales ciudades portuguesas.

PALABRAS CLAVE: Galluzo, Moreno, Cesário, Junta de Gobierno, Campo Maior, Badajoz, españoles, franceses.

I. NOTA PREAMBULAR

Os primeiros decénios do Séc. XIX foram, em Portugal, tempo de conflitos bélicos e de alterações políticas e sociais significativas. De confronto entre as novas ideias provenientes da Revolução Francesa, em que o poder de governar provinha do povo, e o multissecular poder absoluto dos reis, ungidos por vontade de Deus.

Não foi sem resistência que as novas formas de governação se afirmaram no nosso país.

A primeira invasão francesa em 1807, com apoio do exército espanhol, a fuga do Príncipe Regente para o Brasil, e as revoluções patrióticas em vilas e cidades a partir de Junho de 1808, constituem os primeiros episódios de uma época de violentos enfrentamentos fratricidas, entre absolutistas e liberais, com curtos períodos de paz de permeio, que conduzirão à implantação do liberalismo em Portugal 1834.

As revoluções constituem, por regra, momentos privilegiados para o estudo da evolução das sociedades. As movimentações ocorridas em Campo Maior no Verão de 1808, ainda que a escala microcós mica e de curta duração, são pela sua singularidade e dinamismo merecedoras de ser narradas.

É da insurreição contra a presença de tropas francesas em solo português e do original governo formado naquela vila alentejana, que nos propomos discorrer nas páginas seguintes, bem como da incomum violência política registada na vila alentejana entre 1824 e 1834.

Para tal apoiámo-nos na bibliografia coeva que pudemos reunir, em especial na “Memória Histórica” sobre o referido levantamento patriótico e sequente Governo da Junta Revolucionária, editada em 1813, assim como na “Relação Abreviada dos factos mais recomendáveis da Revolução de Campo Maior”, editada em 1808, ambas da autoria de alguém -o campomaiorense, Frei João Mariano de N^a. Sr^a do Carmo Fonseca- que por ter participado diretamente naquelas movimentações, se constituiu testemunha privilegiada, mas suscetível de parcialidade.

Com o objetivo de melhorarmos o conhecimento sobre o tema, procurámos confrontar o contido no trabalho de Fr. João Mariano com o que, sobre o mesmo assunto, refere José Acúrsio das Neves, na sua “História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal”, editada em 1811.

Para o período de 1824-1834, utilizámos, sobretudo, a obra do historiador campomaiorense, coevo dos acontecimentos, João Dubraz, “Recordações dos

Últimos Quarenta Anos”, 1ª e 2ª edição, e documentação dispersa por vários arquivos portugueses.

Com a finalidade de confirmar certas informações, recorreremos à leitura de jornais da época, bem como a obras de historiadores portugueses e espanhóis que ao estudo dos temas em apreço se têm dedicado.

II. OS ANTECEDENTES DA 1ª. INVASÃO FRANCESA

Napoleão Bonaparte, no prosseguimento dos seus planos imperialistas, ao procurar combater a influência inglesa na Europa e nas colónias de países europeus espalhadas pelo mundo, concluiu que para conseguir tal objetivo teria de apoderar-se de Portugal.

Para tal passou, a partir de 1796, a recolher informações sobre a qualidade dos dirigentes políticos portugueses, da capacidade de atuação do seu exército e dos melhores itinerários para invadir o nosso país¹.

Ainda que por interposta nação, o primeiro ensaio para atingir esse desígnio aconteceu em 21 de Maio de 1801, quando o exército espanhol, na sequência de um tratado firmado entre a França e Espanha, saindo de Badajoz, em pouco mais de duas semanas, ocupou sem resistência a quase totalidade das terras do distrito de Portalegre. A exceção a tão fraca oposição aconteceu em Elvas que se manteve inexpugnável e em Campo Maior que sitiada resistiu durante quinze dias ao fogo inimigo. Para a sua capitulação terão contribuído os conselhos de Luciano Bonaparte, irmão do Imperador, então embaixador da França em Espanha, que em pessoa assistiu de um ponto dominante, nas cercanias da vila, à montagem do cerco².

A “Guerra das Laranjas”, nome por que ficou conhecida esta ação bélica, terminou com a assinatura, em Junho de 1801, do Tratado de Badajoz, cujo conteúdo estava longe de satisfazer os propósitos de Napoleão, uma vez que adia a execução dos seus planos expansionistas.

Determinado a assenhorear-se do território português, Napoleão decretou em Novembro de 1806 o “Bloqueio Continental” que obrigava os países europeus a encerrarem os seus portos aos navios ingleses.

¹ VICENTE, António Pedro: *Anunciando as Invasões Francesas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Fevereiro 2013, pp. 167-227.

² TEIXEIRA BOTELHO: “O Cêrco de Campo Maior em 1811”, *Revista Militar* n.º 2, de 1911, p. 83.

Portugal, impossibilitado de cumprir tal exigência, por força da multissecular aliança que mantinha com Inglaterra, é declarado inimigo por parte do governo francês.

Após alguns meses de tensão diplomática e na sequência de um acordo entre a França e a Espanha, que levaria à partilha entre si do território português, o exército napoleónico, comandado pelo General Junot, constituído por cerca de 25.000 homens, invade Portugal em finais de Novembro de 1807.

As tropas francesas após atravessarem o território espanhol até Alcântara, na fronteira com Portugal, seguiram sem resistências pela margem direita do Tejo, por Castelo Branco e Abrantes e daí a Lisboa, onde chegaram em 30 de Novembro.

O objetivo principal de Junot consistia no aprisionamento, em Lisboa, da família real portuguesa, nomeadamente do Príncipe Regente D. João, futuro rei D. João VI.

Informado dos intentos do General francês e da proximidade das suas tropas, o Príncipe Regente abandonou a capital embarcando, em 29 de Novembro de 1807, com a corte rumo ao Brasil, deixando a governação do reino a um Conselho de Regência constituído por elementos por si nomeados.

Em apoio do exército de Napoleão, participaram na invasão três corpos do exército espanhol que, entrando em Portugal, se sediaram no Porto, na região centro e em Setúbal.

Consumada a ocupação e destituído o Conselho de Regência, Junot torna-se, a partir do seu quartel-general sediado no Palácio Quintela em Lisboa, no “Governador-Geral de Portugal”.

Para atenuar possíveis descontentamentos da população, o General francês prometeu, em nome de Napoleão, prosperidade, paz, liberdade, e respeito por todos os portugueses, sem distinção de classes. Promessas que divulgou através de éditos por si subscritos, lidos obrigatoriamente aos paroquianos durante as cerimónias religiosas em todas as igrejas do país.

Contudo, uma dessas proclamações, datada de 1 de Fevereiro de 1808, lida nas igrejas campomaiorenses, parece já conter condicionantes à atribuição das benesses anunciadas.

Nela pode ler-se: “a vossa futura felicidade está segura, ele (Napoleão) vos amará tanto como aos seus vassalos Franceses, cuidai, porém, em merecer os seus benefícios, por vosso respeito e vossa sujeição à sua vontade.”.

Para o surgimento de previsíveis desobediências à “vontade” de Napoleão, vai contribuir substancialmente o comportamento dos membros do

seu exército, que um pouco por todo o país se encarregavam de mostrar que as palavras de Junot não se compaginavam com a realidade. Extorsões, pilhagens, e violências de todo o tipo por parte dos soldados franceses, vão corroer a já difícil relação entre a tropa invasora e a população e conduzir, em breve, à eclosão de focos de rebelião, primeiro em Lisboa e Porto, e posteriormente em outros centros populacionais do país.

Em Espanha, com quem Napoleão se aliara para conquistar e posteriormente partilhar Portugal, a presença de militares franceses, pela arrogância e violações praticadas sob as populações locais, gera um clima hostil que se transformará em insurreição patriótica contra a tropa estrangeira.

A repressão violenta, ordenada pelo comando francês em Madrid, de uma revolta que eclodiu naquela cidade em 2 de Maio de 1808, contra a presença de tropas de Napoleão, conduz a numerosas deserções de elementos do exército espanhol que colaboravam com Junot na ocupação de Portugal e ao regresso a Espanha de parte das unidades militares do país vizinho. Pouco depois surgem levantamentos populares que se propagam a todo o território espanhol. Insurreições que rapidamente levam à formação de governos locais autónomos -Juntas de Governo Provisória- em diferentes regiões de Espanha. Fenómeno que, como por contágio, poucas semanas depois, se irá repetir em algumas vilas e cidades de Portugal, em particular nas povoações mais próximas da raia com Espanha.

III. CAMPO MAIOR: DA PREPARAÇÃO AO ECLODIR DA REVOLTA

1. A preparação do levantamento contra a ocupação francesa

Campo Maior tinha, nos princípios de 1808, perto de 5.500 habitantes, dos quais cerca de 80% eram assalariados agrícolas sem escolaridade. Os restantes 20%, incluíam o conjunto formado pelos grandes proprietários de terras, a maioria dos quais pertencentes à nobreza, religiosos, médios e pequenos proprietários agrícolas, comerciantes e artesãos.

A Praça teve, desde épocas recuadas, guarnição militar própria, cujos quantitativos variavam segundo as necessidades de defesa, e que em épocas de guerra chegou a ultrapassar os 5.000 homens³.

³ FREI JOÃO MARIANO DE NOSSA S. DO CARMO FONSECA: *Memória Histórica da Junta de Campo Maior ou História da Revolução desta Leal e Valorosa Villa*, Editor: António José Torres de Carvalho, Elvas, 1912, p. 162

Situada junto à fronteira com Espanha, a cerca de uma dúzia de quilómetros de Badajoz, em território sem obstáculos naturais que dificultem a circulação de gentes e mercadorias em tempo de paz ou de exércitos em época de guerra, a Vila vai, à sua medida, desempenhar papel importante nos acontecimentos de então, contribuindo pela ação das suas gentes para a derrota do exército de Junot e para a sua saída de Portugal, em Setembro de 1808.

Nos meses de Verão daquele ano, Campo Maior torna-se centro de importantes movimentações políticas e militares, cujo significado ultrapassou largamente os interesses e preocupações locais.

No âmbito da aliança franco - espanhola para a conquista de Portugal, as tropas do país vizinho, sob o comando do General Solano, vindas de Badajoz, entraram em território português em 1 de Dezembro 1807, invadindo Campo Maior. A Vila passa a estar ocupada alternadamente, durante os primeiros dias pelo “Regimento de Valonas e um Batalhão do Regimento de Córdova (...) o Regimento de Múrcia” e, a partir de 9 de Janeiro seguinte, por um “Batalhão dos Granadeiros Provinciais de Castela (...), corpo que ficou fazendo a guarnição da Praça e não evacuou senão em 16 de Março (de 1808) quando já começava a haver sinais de debandada” de forças espanholas de regresso ao seu país.

A imposição de aboletar e alimentar tão elevado número de soldados tinha implicações graves nos cofres do município e na vida da população coagida a instalar, em suas casas, militares que excediam a capacidade de alojamento dos quartéis e obrigada a fornecer géneros alimentícios pagos com “escritos de dívida”.

Com o regresso a Espanha das tropas espanholas que por incumbência francesa tinham tomado Elvas, a cidade passou a estar ocupada por unidades militares de origem suíça, sob o comando do Coronel francês Michel.

Como Junot não dispunha de tropa suficiente para guarnecer a Praça de Campo Maior, procurou aniquilar a sua capacidade bélica. Para tal ordenou a destruição de uma parte da cerca amuralhada, bem como a extinção do Regimento de Infantaria N.º 20, afeto à defesa da vila, e o transporte para Elvas de toda a “pólvora, munições, apetrechos de guerra e armas de particulares”, guardadas nos armazéns da Praça. “Igual espoliação sofreu o Hospital Real Militar”, e o Assento dos Víveres⁴.

⁴ FREI JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, p. 52 e ss.

Na ausência de qualquer tropa de Napoleão, a Vila ficou, por decisão do comando francês, a ser governada pelo Brigadeiro João Barreiros Garro Tavares, militar que desempenhara o cargo no tempo do Príncipe Regente de Portugal, “o qual tinha contra si desde alguns anos a opinião do povo e também a de uma grande parte da própria oficialidade” portuguesa, por ter praticado atos de acentuado colaboracionismo para com o exército invasor. Factos que “aumentaram a animosidade não só dos Portugueses, mas também dos Espanhóis” que, por isso, “a primeira coisa (que fizeram quando entraram na Vila), foi mandar-lhe cercar as casas, e prende-lo”⁵.

Entretanto, a Campo Maior chegavam notícias dos levantamentos populares ocorridos nos principais centros populacionais do país vizinho, em particular na muito próxima cidade de Badajoz onde, desde finais de Maio, o povo se encontrava rebelado e, para governar a cidade se constituíra uma Junta Revolucionária.

Segundo uma das principais personagens dos acontecimentos ocorridos por aquele tempo em Campo Maior, simultaneamente autor da única memória histórica editada sobre o tema, Frei João Mariano de N^a S^a do Carmo Fonseca, a rebelião na Vila ficou a dever-se à ação corajosa de dois campomaiorenses, Francisco Cesário Rodrigues Moacho, boticário e Luís José Xara, homem de pequenos negócios.

Pormenorizando, o mesmo autor acrescenta que certo dia, passeando aqueles dois homens, no “sítio das Lages, termo desta vila”, acompanhados doutro conterrâneo - o mercador Manuel António Gonçalves Nisa - e “ouvindo fogo de artilharia em Badajoz”, este último terá sugerido que as gentes de Campo Maior deviam proceder de forma semelhante à de Badajoz onde, no fim de Maio de 1808, os soldados de Napoleão tinham sido expulsos⁶.

José Acúrcio das Neves, autor da mais completa obra sobre as invasões francesas, contemporâneo dos acontecimentos que narra, atribui a participação de Gonçalves Nisa, unicamente, à cedência do seu domicílio para os conspiradores se reunirem, imputando a Moacho e Xara, a exclusividade da ideia e da execução do plano que havia de levar à libertação da sua terra natal⁷.

⁵ ACÚRCIO DAS NEVES, J. : *História Geral das Invasões dos Franceses em Portugal*, Tomo III, Cap. XXVII, pp. 347-348.

⁶ FREI MARIANO: *Idem*, Nota 3, p. 300 e ss.

⁷ ACÚRCIO DAS NEVES: *Idem*, Tomo III, Cap. XXVII, p. 345.

O primeiro passo a caminho da rebelião coube a Moacho que, em 8 de Junho de 1808 se dirigiu a Badajoz e em segredo conferenciou com o Comissário do Governo Supremo de Sevilha, D. Ramon Gavinales -nesse tempo ainda a Junta Suprema da Extremadura não se encontrava instituída, mas somente uma Junta interina- a quem expôs o seu projeto e pediu auxílio para o concretizar. Gavinales ouviu atentamente o interlocutor campomaiorense, pedindo oito dias de prazo para responder ao solicitado.

Nesse interregno apresentou-se Xara, em Badajoz, a Josef Galluzo, General do Exército da Extremadura, com o objetivo de comunicar notícias importantes, aproveitando o General para o inquirir sobre as qualidades de Moacho, em especial se tinha relações com os franceses e se era pessoa digna de crédito. Dúvidas desfeitas por Xara, que abonou positivamente o carácter de Moacho.

Gonçalves Nisa morava no Terreiro, atual Largo Barão de Barcelinhos. Naquela artéria tinha também Moacho a sua botica e, provavelmente a residência. Porém as reuniões secretas e noturnas continuavam a ter lugar em casa de Gonçalves Nisa, que por ser “naturalmente tímido (...) tinha exigido não ser envolvido nas diligências, nem ainda nomeado; (...) sendo pronto para o mais tudo, até se preciso fosse a concorrer com os seus dinheiros”.

Aproximando-se a data marcada –16 de Junho– para conhecer a resposta da Junta de Badajoz ao pedido de auxílio a Campo Maior, Moacho deslocou-se àquela cidade, onde, sem delongas, o General Galluzo lhe garantiu a satisfação de tudo o que lhe fora solicitado.

Os dias seguintes foram ocupados com o acerto de pormenores necessários ao bom êxito do plano, função de que se encarregou Xara em reuniões sigilosas com os governantes de Badajoz⁸.

Em 30 de Junho, Moacho tinha em seu poder uma carta do General Galluzo para ser entregue ao Juiz de Fora de Campo Maior, Dr. José Joaquim Carneiro de Carvalho, em que o General anunciava a entrada das suas tropas na Vila para que aquele magistrado providenciasse “a sua receção e bom tratamento”.

Porém, Moacho considerou ser mais seguro entregar a missiva ao referido magistrado, só depois de se certificar que os militares espanhóis por ele requeridos se encontravam nas proximidades de Campo Maior, o que aconteceu “ao dia 1.º de Julho (...) pela hora da meia noite (...) como lhe fora comunicado

⁸ FREI JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 50 e ss.

da campanha pelo seu companheiro Xara que desde Albuquerque lhes viera servindo de guia”. O percurso que não ligava diretamente Badajoz a Campo Maior, mas era o que se encontrava mais escondido das vistas das tropas de Napoleão, instaladas na muito próxima Praça de Elvas.

“Com efeito, na madrugada do dia 2 de Julho, a tropa (espanhola) chegou à Porta de S. Pedro, e o seu comandante D. Nicolau Moreno de Monroi, depois que esta lhe foi aberta (por intervenção de Moacho) despachou um oficial seu para se ir entender com o Juiz de Fora sobre o alojamento e obter permissão de fazer dentro da Vila certas diligências secretas de que vinha incumbido pelo seu General (Galluzo), de quem, para esse fim, tinha recebido instruções”⁹.

Ordens confidenciais que em breve se tornariam do conhecimento da generalidade da população.

2. A entrada na Vila de tropas espanholas em seu socorro

Logo após a sua entrada na Vila, ainda de madrugada, as tropas espanholas puseram cerco às casas do até então Governador da Praça, Coronel Garro Tavares, e de José Dias Alão, Sargento-Mor das Ordenanças, assim como às de António Joaquim dos Santos, negociante de cereais e tabaco, os quais foram obrigados a sair de suas camas e conduzidos à prisão no Castelo da Vila.

O Brigadeiro Garro Tavares era suspeito de ser afrancesado para o que terão contribuído certas atitudes subservientes com o invasor, bem como o conteúdo de uns “pasquins ou papéis sediciosos que antes apareceram afixados nos cantos das ruas e lugares públicos da vila (...). Uma das conjeturas sobre o autor dos panfletos foi a atribuição a Moacho, outra apontava a “uma sociedade de moços estudantes (...) “residentes na Vila¹⁰.

Dias Alão, além de Sargento-Mor das Ordenanças, era Juiz da Alfândega e Vereador do Senado da Câmara Municipal e genro do já mencionado homem de negócios, António Joaquim dos Santos.

Este último era acusado de, em conluio com o sogro, na tarde anterior à entrada dos espanhóis na Vila, ter transportado 2.052 alqueires de trigo, que em

⁹ *Idem*, Nota 3, pp. 56-57.

¹⁰ *Idem*, Nota 3, p. 58.

41 carretas, enviava para o exército francês estacionado em Abrantes. Carregamento que Moreno, comandante da tropa espanhola, mandou apreender no caminho, a pouca distância de Campo Maior.

Ao mercador examinaram-lhe documentos e retiraram-lhe dinheiro proveniente dos seus negócios, “com o fundamento - de ser comissário de compras em Espanha, por ordem de Junot”¹¹.

Instalaram-se então, em Campo Maior, com o objetivo de garantir a defesa da Praça de eventuais ataques das tropas napoleónicas aquarteladas em Elvas, um Batalhão de setecentos e tantos homens dos voluntários de Valença e alguns cavalos às ordens de D. Nicolau Moreno; e desta arma (...) um Esquadrão do Regimento de Maria Luísa”¹².

A posse das chaves da Praça tinha, naquele tempo, mais sentido simbólico que real. Com tal significado foi, o dito instrumento, na noite anterior à entrada em Campo Maior das unidades militares espanholas, oferecido por Moacho -o protagonista central da rebelião- ao Coronel Diogo Pereira da Gama -o comandante do Regimento Nº. 20-, então extinto por ordem da chefia militar francesa sediada em Elvas.

Porém, a distinção foi recusada pelo referido oficial, cargo que na impossibilidade de encontrar oficial português de semelhante graduação militar, Cesário facultou ao comandante da tropa espanhola D. Nicolau Moreno de Monroi, que de imediato aceitou.

Logo que assumiu, provisoriamente, o governo da Praça, Moreno tratou, de acordo com os impulsionadores locais da revolta, de acudir ao que de mais urgente se necessitava.

De Badajoz chegou, pouco depois, entre outro material de guerra, algumas armas ligeiras, dois obuses, pólvora e balas. Reergueu-se o Regimento extinto pelos franceses e criaram-se novas unidades militares. A população reconstruiu, em pouco tempo, as partes da muralha derrubada.

Entretanto, o Governador da Praça procurava desfazer, logo no primeiro dia de liderança, suspeitas sobre as intenções da presença dos seus soldados em Campo Maior e ganhar a confiança da população. Para tal emitiu, em nome do General Galluzo, Governador de Badajoz, um édito exarado em Campo Maior,

¹¹ ACÚRSIO DAS NEVES, J.: *Idem*, Tomo III, p. 348.

¹² FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 123-125.

em 3 de Julho de 1808, dirigido às gentes da terra, onde depois de se alongar sobre os malefícios dos exércitos de Napoleão, praticados em Portugal e Espanha, dizia:

“...Mas que digo eu? Ofendo-te, povo de Campo Maior? Tu avantajaste-te aos teus em valor e patriotismo e chamaste-me. Vim, não como conquistador, sim como amigo e aliado, para que, unidas tuas forças às minhas sacudamos o jugo francês. Ponhamos nossos amados Príncipes, João e Fernando no trono de seus pais. Mas como poderá isto verificar-se, se a discórdia inimiga se introduz entre nós? Assim exijo de vós que jureis e prometais, como eu juro e prometo defender a religião, viver na mais perfeita união, respeitar os vossos direitos, e verter a última gota de sangue para defender nossos amados Príncipes (...)”¹³.

Para assinalar o sucesso do levantamento, no dia seguinte tiveram lugar festividades solenes na Igreja Matriz e no Castelo da Vila. “Benzeram-se primeiramente as bandeiras Portuguesa e Espanhola, que para este fim se tinham mandado fazer; e depois da bênção, arvoradas ambas, uma da parte da Epístola, outra da parte do Evangelho, junto ao altar, onde se havia de celebrar a missa. Começou esta por música instrumental que regeu o insigne professor Inácio António Ferreira de Lima, Presbítero de S. Pedro e Mestre da Capela. Cantando o evangelho seguiu-se o discurso exortatório” de que se encarregou Fr. João Mariano. A encerrar o cerimonial os presentes aclamaram o Príncipe D. João, de Portugal e D. Fernando VII, de Espanha, “íntimo amigo e aliado do Príncipe Regente.” Depois, “foram as bandeiras levadas em procissão até ao Castelo onde, entre vivas e aplausos e entre fogos de canhão e mosquete, se arvoraram ambas em sinal de união e ali ficaram uma junta de outra”¹⁴.

Com o êxito da rebelião, as tradicionais instituições municipais ficaram paralisadas. Havia urgência em criar formas de governação capazes de responder às exigências da nova situação e escolher os indivíduos que haviam de preencher os diferentes órgãos do poder político emergente.

Assim, foi convocado um “congresso geral” onde estivessem representadas todas as classes sociais e oficiais do contingente que guarnecia a Praça. A reunião foi marcada para o dia 5 de Julho, no palácio de D. José Pizarro de

¹³ ACÚRSIO DAS NEVES, J.: *Idem*, Tomo III, pp. 351-353.

¹⁴ FREI JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp.60-62.

Carvajal e Obando -o mais importante membro da nobreza campomaiorense-fidalgo oriundo da cidade espanhol de Cáceres, unido por casamento a uma jovem pertencente a antiga família da nobreza local.

O “Congresso” destinava-se, entre outros assuntos, a discutir a melhor forma de premiar os principais autores da rebelião, cuja identidade muitos dos congressistas desconheciam, e tratar da futura forma de governação da Praça.

Iniciada a reunião, Moacho revelou os riscos que correria para conseguir que a Vila e o seu povo se libertassem do opressor, lamentando-se de não ver o seu papel respeitado, como pelo contrário era “maltratado pelo povo que o olhava com desprezo, que esperava merecer a consideração do Congresso e por ele algum tratamento dos seus naturais”.

Moreno, o comandante espanhol da Praça, que certamente conhecia as diligências efetuadas por Cesário para alcançar o objetivo que se propunha, tomou a sua defesa, destacando os revelantes serviços prestados a Portugal, por Moacho e Xara “que por eles se faziam dignos de recompensas (...) a fim de que o povo reconhecendo-os beneméritos, mudasse de conceito”.

Prosseguindo o seu discurso, o oficial espanhol garantiu que o estabelecimento de uma Junta de Governo era o meio que “se lograriam mais facilmente os auxílios da Junta de Badajoz por ser este governo para ela adotivo, inculcado, recomendado e exigido”. A discussão foi adiada para outra ocasião¹⁵.

Para que ficasse memória do deliberado no “Congresso” e justificar a fisionomia da rebelião, foi decidido exarar um auto, assinado pelos representantes de todas as classes sociais, onde se descrevessem os imensos agravos sofridos pelos campomaiorenses e se registasse o seu desespero face à inexistência de tropas amigas que os protegessem.

A encerrar a exposição, o recém-nomeado Governador da Praça, evocou “Francisco Cesário Rodrigues Moacho, boticário, e Luís José Xara (...) que com tanta ânsia, zelo, e patriotismo alcançaram da suprema Junta de Badajoz, e com tanto segredo, que pessoa alguma desta Praça o esperava (...). Que heroico modo de pensar! Que forte entusiasmo patriótico, que mais se admira, conhecendo os sujeitos que a executam! Eles são bons homens do comum, sem cabedais, sem partido e não constituídos em dignidades (...), eles dignos heróis se arriscam a todas as perdas, se a malvada raça francesa sonhasse suas

¹⁵ *Idem*, Nota 3, pp. 66-67.

pretensões, que conseguiram, sublevando não só esta Praça, mas com este exemplo se vai sublevando toda esta Província do Alentejo e esperamos se subleve todo o reino (...), e é neste congresso que em nome do Príncipe Regente nosso senhor, nomeamos Capitães eletivos aos beneméritos patrícios nossos, Francisco Cesário Rodrigues Moacho e Luís José Xara, com o seu competente soldo, cujo se dará desde logo a este último, pela sua pobreza, e àquele, quando o Estado possa, ou se acabe a guerra (...).”

Mais tarde, por portaria de 24 de Junho de 1811, pelos serviços prestados no Verão de 1808 e no cerco da Praça de Campo Maior em 1811, Moacho e Xara voltaram a ser agraciados. O primeiro com a “patente de Major graduado de milícias (...) um baldio no termo de Arronches (...) e o hábito de Santiago da Espada, com uma tença de 12\$000 réis”. O segundo com “a patente de capitão de ordenanças, com soldo de capitão de milícias e um baldio no termo de Ouguela”. Pelo mesmo diploma régio foram atribuídas “terras a José Carvalho de Moraes e a Joaquim José Pinto, vogais da Junta de Governo em 1808¹⁶.

IV. CRIAÇÃO DA “JUNTA DO GOVERNO PROVISIONAL” E SEUS DEPARTAMENTOS SECTORIAIS

Os levantamentos em Espanha contra a presença do exército de Napoleão naquele país e a instauração de Juntas de Governo tiveram lugar a partir dos primeiros dias de Maio de 1808.

Em Portugal, as sublevações iniciam-se a partir das vilas e cidades situadas nas regiões raianas, sendo que a criação das primeiras Juntas datam de inícios do mês de Junho daquele ano: Trás-os-Montes (Chaves e Bragança), Minho (Melgaço e Braga) Algarve (Olhão e Faro). Seguiram-se, em princípios de Julho, as do Alentejo: (Beja, Campo Maior, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Évora), movimento que posteriormente se expande a grande parte do território português.

A Junta Suprema de Extremadura, com sede em Badajoz, instituída em 30 de Maio de 1808 -antes de qualquer outra criada em Portugal- constituiu o principal suporte do êxito da sublevação de Campo Maior.

Sem o seu apoio militar e logístico, o arriscado lance antifrancês não teria subsistido por muito tempo.

¹⁶ ACÚRSIO DAS NEVES, J.: *Idem*, Tomo III, Cap. XXVII, pp. 354-359; e DUBRAZ, J.: “Recordações dos últimos quarenta anos”, 2ª. Edição, Lisboa, 1869, p. 188.

Conquistada a liberdade havia que instituir uma Junta formada por gente que concitasse a anuência da população.

Em 7 de Julho de 1808 o Governador Moreno convocou um grupo de seis notáveis com a finalidade de proceder à constituição da Junta, que seguindo o modelo da de Badajoz, ficou composta por 13 elementos. Sendo dois por cada grupo social e incluindo nesse número o presidente, distribuindo-se do seguinte modo. Presidente: D. Nicolau Moreno de Monroi, Governador da Praça de Campo Maior e Comandante Geral das Armas Espanholas. Magistratura: José Joaquim Carneiro de Carvalho, Juiz de Fora e Dr. João Baptista Mexia Foito. Militares: Coronel Diogo Pereira da Gama e Tenente-Coronel André José de Vasconcellos Azevedo e Silva. Eclesiásticos: José Inácio Rebello Soares, Prior da Igreja de S. João e Fr. João Mariano de Nossa Senhora do Carmo Fonseca, Leitor da Sagrada Teologia. Nobreza: D. José Carvajal Pizarro e Obando e Diogo Cardoso de Almeida Valle Mexia. Estado médio (lavradores): José Carvalho de Moraes e Manuel Francisco Pereira. Povo: António Rodrigues Dentes, alvanéu e José Joaquim Pinto, barbeiro. Nomearam-se dois secretários, um para o expediente ordinário e outro para os negócios e correspondência de Espanha¹⁷.

Como a reunião fora demorada adiou-se para o dia seguinte, 8 de Julho, em assembleia a realizar na sala das sessões do Município, onde na presença do “Senado da Câmara e Procuradores da Nobreza e Povo”, se procederia à aprovação e investidura dos membros da Junta de Governo Provisional a estabelecer em Campo Maior.

Assim aconteceu, e ali, nas Casas da Câmara,” (...) Todos unidos fortemente concordaram, em nome do mesmo povo, que ela (Junta de Governo) era muito interessante e necessária à felicidade pública, ao bem da Pátria, honra da religião e serviço do Príncipe Regente de Portugal (então no Brasil) e como tal foi aprovada e autorizada.”

Feitos os juramentos obrigaram-se “todos e cada um (...) a defender a Religião Católica, os direitos, privilégios, independência da Nação Portuguesa, obediência e fidelidade ao seu legítimo Soberano e senhor D. João, Príncipe Regente de Portugal, assim como respeitar os direitos da Nação Espanhola, reconhecendo por Soberano das Espanhas, o Senhor D. Fernando VII (...) formando uma estreita aliança para defesa comum.”

¹⁷ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 66 e ss.

Aos subscritores ajuramentados na cerimónia de investidura, deparavam-se-lhe, no futuro próximo, pesados riscos.

A ausência da família real portuguesa no Brasil para onde fugira nas vésperas da chegada de Junot a Lisboa; o decreto de Napoleão, declarando que a Casa de Bragança deixara para sempre de reinar em Portugal; a ameaçadora presença de tropas francesas que ocupavam a muito próxima Praça de Elvas; e a defesa de Campo Maior entregue à boa vontade das autoridades espanholas de Badajoz, constituíam obstáculos pouco encorajadores para cuja superação se exigia inteligência e determinação.

Estas dificuldades não foram suficientes para impedir a assunção de responsabilidades na governação da Junta e nos departamentos por ela criados, de perto de três dezenas de campomaiorenses.

Ficou então reconhecido que o Governo acabado de empossar era “independente e superior a todas as (instituições) desta vila e com amplidão de poderes para entender em as coisas relativas à causa pública”¹⁸.

Também se estabeleceu que as sessões da Junta se realizassem no salão principal da Câmara Municipal, passando a Vereação da Câmara a celebrar os seus atos em outra dependência da dita Câmara e que, o Quartel-General de Moreno se encontrava instalado no palácio de D. José Carvajal, situado no extremo norte da atual Rua 1º. de Maio onde, além do Governador da Praça se alojavam o seu secretário, o espanhol Castelote, e muitos oficiais de Cavalaria”¹⁹.

As reuniões ordinárias aconteciam todos os dias da semana, “à exceção dos dias festivos e de guarda”, entre as 10 e as 15 horas. Designavam-se de extraordinárias as efetuadas nos dias festivos e nos domingos sendo, o anúncio destas, feito através do toque de sino próprio existente na torre da Igreja.

Entretanto, devido à dificuldade da Junta de Governo satisfazer, em prazo conveniente, as necessidades de certas áreas da governação, tornou-se imprescindível instituir novos departamentos específicos, com responsáveis, competências e autonomia próprias. Para preencher tal carência criaram-se a Junta Militar, a Junta de Finanças e a Junta de Polícia.

Face ao numeroso expediente derivado do elevado número de militares aquartelados na Vila, foi criada, logo em 11 de Julho, uma Junta Militar, subor-

¹⁸ *Idem*, Nota 3, p. 77.

¹⁹ *Idem*, Nota 3, p. 106.

dinada à do Governo. Uma das suas principais funções era evitar que surgissem ambiguidades quanto à graduação, soldos e responsabilidades a atribuir aos oficiais que se apresentavam para servir nas novas unidades em formação, para o qual foi redigido regulamento apropriado.

Para a direção da Junta Militar foram escolhidos quatro oficiais do exército e um elemento civil. Presidente: Coronel Diogo Pereira da Gama. Vogais: D. José Carvajal Pizarro e Obando; Tenente-Coronel André José de Vasconcellos Azevedo e Silva; Tenente - Coronel Francisco Xavier Torres; e Major António Tavares Magessi.

As sessões da Junta Militar tinham lugar nas casas do Vogal André Azevedo e Silva, todos os dias úteis a partir das seis da tarde²⁰.

Com o decorrer do tempo, a Junta de Governo via-se, cada vez mais, incapaz de acudir à totalidade dos negócios públicos da Praça.

Como um dos sectores da governação que exigia mais tempo e atenção dizia respeito à necessidade de vigiar os gastos e obter rendimentos para enfrentar a elevada despesa pública, foi instituída a Junta de Finanças, em 9 de Agosto de 1808. Tendo em vista o cumprimento dos seus fins, foi elaborado um regimento, tornado público, onde se definiam as funções, poderes e obrigações dos membros que haviam de gerir a dita instituição.

Para tal foram designados sete indivíduos. Presidente: Dr. José Joaquim Carneiro de Carvalho, Juiz de Fora. Vogais: Reverendo Dr. João Baptista de Aguiar; Reverendo Beneficiado José Coelho Pereira; Jorge Manuel Galvão de Moraes Sarmiento; Diogo Lopes Bernardo; Capitão João Nunes Ferreira; e Mateus José.

As suas sessões “eram celebradas das 9 horas em diante, em uma das salas das casas da Câmara”, todos os dias, exceto domingos e dias festivos²¹.

Restava ainda criar um departamento que cuidasse da difícil tarefa de manter a ordem pública, face à elevada densidade populacional e à heterogeneidade das gentes instaladas intramuros. Para tal foi redigido documento declarando, como prioritário, vigiar os amotinados, combater os afrancesados ou “os que dissessem mal do Governo do Príncipe Regente”, controlar a entrada de estranhos na vila e intercetar “as cartas que fossem para Elvas e Forte de

²⁰ *Idem*, Nota 3, pp.101-103.

²¹ *Idem*, Nota 3, pp.168-171.

Lipe”, onde, neste último, se encontrava aquartelado o comando do exército francês do Alentejo.

O novo departamento, denominado de Junta de Polícia, mas “que verdadeiramente era hum tribunal de inconfidência” e que, tal como os demais, dependia da Junta de Governo, foi instituído no mesmo dia 9 de Agosto de 1808.

Para a sua direção foram escolhidos cinco elementos, a saber. Presidente: Dr. João Batista Mexia Foito. Vogais: o Vigário da Igreja Matriz, Martinho Afonso de Almeida; Capitão João Couceiro da Costa; João Centeno de Coito; e Dr. João Álvaro da Silva Almeida Maia. As reuniões efetuavam-se na residência do seu presidente, a partir da 4 horas da tarde, distribuindo-se ao longo da semana de modo igual ao dos restantes órgãos do poder²².

Figuras relevantes na nova situação política, pelo papel desempenhado na organização e concretização da revolta e pelas funções que, pouco depois, passaram a exercer, foram o já referido Moacho e o seu companheiro Xara, agora tornados assessores de Moreno, Presidente da Junta de Governo.

Ao conjunto de indivíduos que faziam parte das instituições então criadas, há que acrescentar quatro outros, que pela importância das suas funções sociais, tinham lugar de relevo na Vila. Eram eles o “Aposentador-Mor”, Major José Pinto Mexia, função difícil de exercer devido à dificuldade das gentes da terra aceitarem a obrigação de alojarem em suas casas os militares que não cabiam nos quartéis; o “Almoxarife do Hospital” Militar, João Manuel Silveira Machado, com o encargo de recuperar e manter em funcionamento o Hospital, que os franceses haviam espoliado de medicamentos, material hospitalar e camas; o “Inspetor de Víveres”, para o qual foi escolhido o clérigo José Coelho Pereira, responsável por vigiar o destino do trigo e outros géneros, impedindo a sua saída às portas da Vila, aos que não apresentassem “cédula do Inspetor”; o Administrador da “Caixa Nacional (onde se arrecadavam) os dinheiros procedentes dos Direitos Reais, do Concelho, e as Rendas Públicas”, destinados “a prover a paga e subsistência” da tropa. Esta função recaiu, primeiro, no Padre João Batista Aguiar, “tido na reputação de versado em contas, abonado e de são procedimento” e, posteriormente, em Firmino José da Mata, proprietário, natural de Sertã, distrito de Castelo Branco, residente na então denominada Rua da Canada²³.

²² *Idem*, Nota 3, pp 175-176; ACÚRSIO DAS NEVES, J.: Tomo IV, Cap. XXXIV, p. 100.

²³ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 98-106

Ao Governo saído da revolução, tutelado pelas autoridades de Badajoz por um lado, e ameaçado pelas tropas de Napoleão que ocupavam Elvas por outro, deparava-se-lhe uma situação singular. A vereação municipal, em resultado da revolta, tonara-se mera espectadora dos acontecimentos. O poder central, com o Príncipe Regente a residir no Brasil, esfumara-se. Para enfrentar a situação constrói-se uma forma de governo inédito em Portugal, mas de modelo similar ao que semanas antes por motivos semelhantes se instituía em várias terras do país vizinho.

É do exercício desta inovadora forma de governo autónomo, da atuação dos seus principais dirigentes e da sua capacidade de gerir os destinos da Vila em situação tão difícil que de seguida nos vamos ocupar.

V. A CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE APOIOS Á REVOLUÇÃO DE CAMPO MAIOR

1. Por terras do norte alentejano apelando à insurreição

Uma das primeiras e principais decisões tomada pela Junta de Governo foi a de incitar as gentes das terras da região a rebelarem-se contra as tropas de Napoleão que ocupavam o nosso país, procurando, assim, engrossar as forças de resistência ao inimigo e reunir apoios em Portugal, uma vez que o único e importante que detinha era o da Junta Suprema da Extremadura, com sede na vizinha cidade de Badajoz.

Com tal objetivo foi organizado um corpo do exército, comandado pelo Capitão João Couceiro da Costa, constituído por militares portugueses e espanhóis, num total de cerca de 250 homens, com encargo de percorrer as povoações do norte alentejano e aí concitar o povo a aderir à revolução, inspirando-lhe “o amor à liberdade e independência nacionais, com adesão ao legítimo governo, inflamando-os à defesa da Monarquia contra os usurpadores dela e das possessões pacíficas dos cidadãos oprimidos”.

A primeira expedição, em 10 de Julho, “foi Arronches, onde o fogo da Revolução começou de se atirar logo, (...) “ em cuja vila, em 17 de Julho, já se encontrava em funções uma Junta Provisória. Ainda no mesmo dia foi nomeado um representante da Junta de Arronches, para na qualidade de deputado integrar a de Campo Maior, “com poderes para assistir na Suprema Junta de Campo Maior e aí prestar juramento de fidelidade e obediência”.

“A segunda jornada foi Portalegre para onde partiram em 12 (de Julho) e se demoraram até 19. Em 17 se erigiu nesta cidade uma Junta Provisional.”

Em correspondência enviada pelos membros da Junta de Portalegre à de Campo Maior, prometeu-se união e ajuda, tendo em vista o combate contra o inimigo comum.

Na continuação dos seus apelos à revolta, o Capitão Couceiro da Costa, dirigiu-se no dia 20 de Julho “à vila de Alter do Chão; daqui, no dia 23, à vila de Seda; em 24 passou à Chança; desta, em 28, à vila do Crato, na qual estabeleceu uma Junta que em breve foi reconhecida pelos Povos vizinhos que a cercavam”²⁴.

Antes desta cavalgada revolucionária, iniciada em 10 de Julho, o exemplo de Marvão que sublevara em 27 de Junho, e de Campo Maior em 2 de Julho, foi seguido em Ouguela que se amotinou em 4 de Julho, e Castelo de Vide, em 6 de Julho.

Na tentativa de alargar a sua influência, a Junta de Campo Maior, contactou a congénere de Estremoz, em meados de Julho, procurando convencê-la a juntar-se-lhe, aspiração rejeitada através de troca de correspondência em que a última se arrogava de igual pretensão.

Fruto da rivalidade existente entre as Juntas, o que decerto foi prejudicial para unidade que se exigia, a de Campo Maior não só não se submeteu à jurisdição da de Extremoz, como tomou igual decisão em relação à Junta Suprema de Évora, alegando que nunca tivera conhecimento oficial da sua existência²⁵.

2. Visita de uma delegação da Junta de Governo de Campo Maior à “Junta Provisional do Governo Supremo” de Portugal, com sede no Porto

Nas primeiras semanas de Julho de 1808 esteve em Campo Maior “Caetano José da Fonseca, Sargento do Corpo Académico da Universidade de Coimbra, anunciando a sublevação das Províncias do Norte de Portugal” e, por certo, observar pessoalmente o desenrolar da rebelião eclodida dias antes na Vila.

Informada dos avanços da revolução no norte do país, a Junta de Campo Maior decidiu enviar uma delegação à região nortenha com o fim de estabelecer relações e obter reconhecimento dos seus dirigentes máximos²⁶.

²⁴ *Idem*, Nota 3, pp. 10 e ss.

²⁵ *Idem*, Nota 3, pp. 113 e ss.

²⁶ *Idem*, Nota 3, p. 139

Mandatados pelos governantes de Campo Maior, Moacho e Xara, os principais responsáveis pelo levantamento da Vila, seguiram viagem rumo ao Porto, em 25 de Julho de 1808. A digressão tinha em vista prestar “sujeição e obediência da Junta de Campo Maior ao Supremo Governo do Reino ali estabelecido”, bem como comunicar, às autoridades do norte, a notícia que lhes transmitira Galluzo, da importante derrota infligida, em 19 de Julho, ao exército do General francês Dupont, por tropas espanholas, em Bailém, no sul de Espanha.

No percurso em direção ao Porto os dois companheiros passaram por Castelo Branco, onde o Bispo da cidade os incentivou na missão de que se ocupavam.

Em Coimbra, onde Moacho e Xara foram bem acolhidos, os lentes da Universidade informaram-nos sobre os progressos militares no norte do país, aconselhando-os a reunirem-se com o General Bernardim Freire de Andrade e D. Miguel Pereira Forjaz, Chefe do Estado-Maior – os dois principais dirigentes do Supremo Governo de Portugal, instalado no Porto.

Chegados a esta cidade, provavelmente no último dia de Julho, foram recebidos por aqueles dois notáveis, a quem expuseram os motivos da sua viagem e prestaram informação detalhada do curso da rebelião em Campo Maior. Como prova de apoio, foram oferecidos instrumentos cirúrgicos para Hospital Militar, com promessa de logo que possível serem satisfeitas algumas das necessidades mais urgentes da Praça alentejana. Além disso, ficou acordado o estabelecimento direto de contatos entre as duas entidades.

Contudo, do relato dos acontecimentos ocorridos em Campo Maior, algo houve que não agradou aos dois responsáveis pela governação da parte do país libertado do poder de Junot. Tratava-se do facto da presidência da Junta de Campo Maior e de Governador da Praça, se encontrarem atribuídas a Moreno, um oficial do exército espanhol, situação que na opinião dos governantes nortenhos, devia ser alterada quanto antes.

Cesário ficou então encarregado de comunicar confidencialmente aos membros portugueses mais influentes na Junta de Campo Maior, “como coisa de maior interesse, a subtração do governo da Praça e presidência da Junta do poder de Moreno, metendo na posse destes cargos a indivíduos Portugueses por quem tão-somente deviam ser ocupados, tendo sempre em consideração a boa harmonia e inteligência com os Espanhóis, evitando muito escandalizá-los e dar-lhes motivos de desagrado”²⁷.

²⁷ Idem, Nota 3, pp.147 e ss.

Paz e harmonia difíceis de concretizar, uma vez que a missão atribuída ao pioneiro da revolução campomaiorense iria, logo que conhecida, quebrar o bom relacionamento entre ambos e e provocar a sanha do visado - o Tenente-Coronel Moreno.

Cesário que, acompanhado de Xara, partira para o Porto em 25 de Julho e havia regressado a Campo Maior a 12 de Agosto, via-se, de novo, na necessidade de se ausentar da Vila, receoso das represálias do oficial espanhol. Por tal motivo, dois dias depois de ter chegado da sua viagem ao norte, em 14 de Agosto, Cesário torna, com seu companheiro Xara, a sair de Campo Maior em direção ao Porto. Cidade em que não vão pôr o pé, ficando-se por Coimbra, de onde, em 21 de Agosto, dão início ao seu regresso. Porém, ao prosseguirem viagem rumo ao Alentejo, desviaram-se, não por acaso, do seu trajeto tradicional, dirigindo-se à Lourinhã. Acontecia que naquele dia, nas proximidades de uma aldeia daquele concelho -Vimeiro- terminara a batalha entre os exércitos franceses e anglo-lusas, em que os primeiros derrotados acabariam por abandonar Portugal.

Os pioneiros da revolução campomaiorense tiveram ocasião de assistir ao rescaldo da violenta batalha, uma vez que só abandonaram aquela Vila em 26 de Agosto, dia em que iniciam o seu retorno a Campo Maior, onde chegaram nos derradeiros dias de Agosto de 1808.

As suas idas e voltas ao norte do país, em carruagem puxada por cavalos, de cerca de uma semana de duração em cada sentido, não se efetuaram pelo percurso mais curto, mas antes pelo que oferecia melhores condições de segurança, quer em relação ao estado dos caminhos, quer à proximidade das tropas francesas que então ocupavam a Península Ibérica. Até ao paralelo de Alcântara (Espanha) - Castelo Branco foram utilizados os caminhos espanhóis e a norte daquele paralelo os portugueses²⁸.

Os contatos da Junta de Campo Maior com a Junta de Governo do Reino, sediada no Porto repetiram-se. Em finais de Agosto, provavelmente após o regresso a Campo Maior de Cesário e Xara, seguiu para aquela cidade novo emissário campomaiorense -o Capitão António Gervásio da Nóbreg - onde já se encontrava em 1 de Setembro, com a missão de entregar documentação sobre o

²⁸ JOÃO MARIANO DE N. SENHORA DO CARMO FONSECA: “Relação Abreviada dos factos mais recomendáveis da Revolução de Campo Maior em 1808, dada à luz por Francisco Cesário Rodrigues Mocho, Regia Oficina Tipográfica de Lisboa, Maio 1813”, Biblioteca Nacional, Monografia Geral, 14905115P, pp. 79-86.

desenvolvimento que “os negócios públicos e de guerra haviam tomado” na vila alentejana²⁹.

VI. AS RELAÇÕES ENTRE A JUNTA DE CAMPO MAIOR E A JUNTA SUPREMA DA EXTREMADURA ESPANHOLA

A onda revolucionária antifrancesa gerada pelos acontecimentos de 2 de Maio de 1808, em Madrid, propagou-se rapidamente rumo ao sul. Dois dias depois, a população de Badajoz, acabada de tomar conhecimento do ocorrido na capital do país, sai à rua alvoroçada, concentrando-se uns frente às casas em que vivia o “governador e comandante interino” da Extremadura, outros procuravam pelas ruas e pousadas “os poucos franceses que havia na Praça para matá-los”. A 23 do mesmo mês eclode, em Badajoz, um tumulto popular que é apaziguado por intervenção do bispo e do cabido da cidade. Em 30 estala nova insurreição. Populares assaltam o palácio do governador e matam-no. Ainda no mesmo dia, no decurso dos acontecimentos, institui-se na cidade uma Junta, cuja presidência é ocupada pelo General Josef Galluzo³⁰.

Fruto da forma como se iniciou e desenvolveu a revolução em Campo Maior, a Junta local surge, no seu relacionamento com a de Badajoz, mais com estatuto de subalternidade do que como parceira entre iguais.

Foi de Badajoz que, logo no primeiro momento da revolução, chegou à vila alentejana o indispensável auxílio militar. Foi com o apoio da tropa espanhola que, dias depois, os ventos da revolta se propagaram a muitas terras do norte alentejano.

Será a Junta Suprema da Extremadura, sediada em Badajoz, que exigirá a instituição de uma Junta de Governo na vila alentejana, formada, organizada e administrada à semelhança da sua, como também será daquela cidade que chegarão, posteriormente, grande parte dos militares e do material de guerra necessários à defesa da Praça de Campo Maior.

²⁹ FR. JOÃO MARIANO: *Memória Histórica da Junta de Campo Maior, Obra citada*, Nota 3, pp 211 e 271

³⁰ MELÉNDEZ TEODORO, Álvaro: “La Guerra de la Independencia en Extremadura, Operaciones Militares en el año 1808”, *Actas de las Jornadas de Historia de las Vegas Altas, Medelin-Dom Benito*, Sociedad Extremeña de Historia, 2009, pp. 5-9.

A preceder o ato revolucionário em Campo Maior houve um primeiro encontro, em 8 de Junho, em Badajoz onde, desde 30 de Maio, uma Junta interina sob a presidência do General Galluzo governava a cidade. A conversação teve como interlocutores, de um lado o boticário campomaiorense Cesário, do outro Galluzo. Os encontros, inicialmente, de carácter exploratório, prosseguiram depois, ultrapassadas que foram as desconfianças, já com programa delineado, mas sempre confidenciais. Reuniões mantidas em igual secretismo até à noite de 1 para 2 de Julho, em que Xara conduziu as tropas espanholas até Campo Maior. No seu interior a esperá-las, encontrava-se Cesário que, sem delongas, as mandou escancarar para por elas entrarem, livremente, unidades do exército espanhol, comandadas por Moreno, que a pedido de Cesário eram enviadas por Galluzo.

Os frequentes contatos de representantes da Junta campomaiorense com o General Galluzo e outros dirigentes da Junta de Badajoz, quer em conversações diretas, quer através de troca de correspondência -“a enfiada de cartas e ofícios que vamos fazendo”, como escreve Fr. João Mariano, o cronista desta singular história- constituirão a forma utilizada para preservar uma aliança que pelos interesses em jogo e pelo ineditismo exigia cuidados especiais.

Logo em 9 de Julho, cerca de uma semana depois da entrada dos militares espanhóis em Campo Maior, uma delegação da Junta campomaiorense dirigiu-se a Badajoz com a finalidade de apresentar cumprimentos e enumerar as principais carências existentes na Praça, para as quais esperava auxílio da Junta daquela cidade. O grupo, constituído pelo Juiz de Fora, Carneiro de Carvalho; André de Vasconcellos e Silva; D. José Carvajal; Diogo Mexia; António Rodrigues Dentes; e Fr. João Mariano, foi recebido, pelos elementos constituintes da Junta de Extremadura, com a solenidade própria da situação, no edifício do Ajuntamento de Badajoz, então lugar das suas regulares reuniões.

Entre a lista das necessidades apresentadas destacava-se a urgência em reforçar a parte da muralha arruinada, e suprir a falta de espingardas, peças de artilharia e seus manuseadores, bem como as correspondentes munições. Requisitos no seu conjunto capazes de fazer frente a um ataque de surpresa por parte do inimigo comum -os corpos do exército de Junot aquartelado em Elvas. A estas solicitações prometeram os representantes do Governo Supremo de Badajoz dar prontamente resposta satisfatória.

A deslocação a Badajoz foi ainda aproveitada pela comitiva campomaiorense para efetuar visita de cortesia a Juan José Nieto de Aguillar, Marquês de Monsalud, proeminente militar e político de tendências liberais, parente e ami-

go de D. José Carvajal e de André Vasconcellos e Silva, do qual estes esperavam particular apoio nos futuros negócios entre as duas Juntas³¹.

Tendo em conta a importante participação das autoridades de Badajoz no levantamento em Campo Maior e os indispensáveis apoios seguintes, as relações entre os governos daquelas Juntas teriam de ser intensas, complexas e pontoadas de bons e maus momentos. Apesar de algumas desinteligências, nunca assumiram proporções que fizessem perigar a aliança estabelecida para combater o inimigo comum.

Entre as divergências de maior melindre destaca-se a intenção dos governantes de Campo Maior afastarem o Tenente-Coronel espanhol, Nicolau Moreno de Monroi, do cargo de Governador da Praça -que superintendia o comando da tropa, a maioria da qual provinha de Espanha- e de Presidente da Junta de Campo Maior -o responsável pela governação da vila, substituindo-o, em ambos os casos, por individualidades portuguesas.

Este propósito de destituição não derivava em exclusivo de sentimentos patrióticos das autoridades portuguesas, mas da suspeita da prática de atos desonestos no exercício da sua função, por parte do oficial espanhol.

Depois de persistente e subtil disputa, protagonizada por Mocho e Galluzo, prevaleceu a decisão mais razoável e apaziguadora. A que impedia o exercício dos dois cargos pela mesma pessoa e satisfazia o desejo de afastar Moreno de Campo Maior. Nomeou-se um português para a presidência do governo da Junta -o Coronel Diogo Pereira da Gama- e substituiu-se Moreno no governo da Praça por outro oficial espanhol, o Brigadeiro Francisco de Trias.

Problema de graves repercussões, suscetível de provocar atos de indisciplina capazes de por em perigo os objetivos delineados pela hierarquia castrense, foi o da falta de pagamento das remunerações aos militares.

Em meados de Agosto, os governantes da Junta de Campo Maior, responsáveis até então pelo pagamento dos soldos e pré das tropas portuguesas e espanholas da guarnição aperceberam-se que, por terem os cofres vazios, se encontravam impossibilitados de continuar a assumir tal compromisso.

³¹ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, p. 83; e Carlos J. RODRIGUES CASILHAS: “El Marqués de Monsalud, durante 1812: un hombre crucial...”, Asociación Cultural Coloquios Historicos de Extremadura.

Uma representação da Junta de Campo Maior deslocou-se de imediato a Badajoz para comunicar ao General Galluzo a gravidade da situação, propondo a “extrema necessidade de um Comissário e pagamentos para as tropas espanholas, visto que os recursos desta Província ficaram de todo exaustos pela invasão do Inimigo, não restando mais do que o demasiadamente escasso pode fornecer este pequeno Povo.”

O Governador de Badajoz, porque já estivesse preparado para o surgimento de tal dificuldade ou pela urgência da sua solução, ordenou, logo no dia seguinte ao da conversação, por ofício, o estabelecimento em Campo Maior de “um Ministério da Fazenda para subministração de Prés e Pagas à tropa e oficialidade (...) e os demais gastos extraordinários que produza o exército, nomeando o Intendente Geral para que o sirva, a Dom Josef Benito de Vreta, que marcha amanhã e se apresentará a Vossas Excelências a fim de que o reconheçam (...)” e lhe concedam todo o apoio que necessite.

A tal ofício responderam os governantes de Campo Maior, informando que reconheciam o dito funcionário, “o qual fornecerá as tropas Espanholas de pré extraindo este fornecimento dos fundos de Espanha, segundo por nós foi convencionado com a Junta Suprema de Badajoz...”.

“As questões cessaram, no que respeita aos pagamentos das Tropas Espanholas (...). A Junta de Governo (de Campo Maior) ficou exonerada desse gravame e da sua responsabilidade porque a Junta de Badajoz generosamente recusou aceitar a obrigação de dívida que se lhe fazia”³².

Matéria por mais de uma vez causadora de atritos entre os governos de ambas as Juntas, foi saber a quem cabiam os despojos tomados aos franceses.

Esta divergência agudizou-se quando, em meados de Agosto, cerca de trezentas arrobas de lã pertencentes ao exército francês foram apreendidas por tropas espanholas nas povoações circunvizinhas de Portalegre, região que, para questões exteriores aos restritos interesses de suas terras, obedecia à Junta de Campo Maior.

As autoridades campomaiores ao tomarem conhecimento que a lã confiscada fora conduzida para Badajoz reclamaram, insistentemente, junto dos governantes da Junta daquela cidade, a devolução da mercadoria. Exigência

³² FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 208 e ss.

nunca satisfeita, com base no argumento que a sua captura, ainda que em território português, fora efetuada por militares do exército espanhol³³.

Situação pouco cômoda para os governantes das Juntas de ambos os lados da raia, e certamente constrangedora para o seu protagonista – “o Doutor Corregedor, Juiz de Fora (de Campo Maior) José Joaquim Carneiro de Carvalho” – aconteceu nos primeiros dias de Agosto de 1808. Eleito pouco antes pelos membros da Junta campomaiorense para a representar como “deputado residente perante a Suprema Junta (...) da Província da Extremadura”, em Badajoz, o Dr. Carneiro de Carvalho compareceu na sede de Governo desta cidade para assumir tal função.

Ali foi recebido pelo Marquês de Monsalud, que então substituíra o General Galluzo na presidência da Junta Estremenha, a quem exibiu as credenciais e comunicou a missão de que vinha incumbido. Este informou que “a residência da sua Deputação dependia do consenso geral dos membros daquele Governo (de Badajoz), que procederia a consulta e do resultado lhe seria dado conhecimento”.

Pouco tempo depois foi-lhe comunicado “que àquela Junta repugnava de convir com a de Campo Maior na residência da sua Deputação, por serem as coisas de honra mui melindrosa e se temer de as expor a alguma quebra, podendo dizer-se dos Espanhóis, que eles tinham violado a mutua independência, admitindo entre os Membros do seu Governo um Representante de outro que, posto que de Povo Amigo, contudo era de diferente Reino”.

O Juiz de Fora ainda alegou que havia erro de interpretação no contido na credencial subscrita pelos governantes campomaiorenses, uma vez que não se encontrava “mandado para ter lugar entre os Membros daquele Governo como Vogal Representante de Campo Maior, mas sim para residir naquela cidade com o encargo (...) “ de facilitar e tornar mais rápidos os contatos entre as duas Juntas. Face a tal argumentação foi-lhe dito que era livre de “permanecer ou de se retirar” da cidade.

Apercebendo-se da fragilidade da situação, o Dr. Carneiro de Carvalho decidiu regressar a Campo Maior, abandonando a pretensão de exercer o officio para que fora escolhido pelos membros da Junta de Campo Maior³⁴.

³³ *Idem*, Nota 3, pp. 249 e ss.

³⁴ *Idem*, Nota 3, pp. 163 e ss.

Tema igualmente controverso resultou da intromissão das autoridades espanholas na administração da Justiça por parte dos governantes campomaiorenses.

Entre essas interferências destaca-se a que aconteceu em Julho de 1808, quando em Portalegre, o Provedor, e o Major de Milícias daquela cidade, bem como o Capitão-Mor de Abrantes, foram acusados de ser afrancesados e, como tal, conduzidos sob escolta para Campo Maior. O General Galluzo reclamou os presos para serem julgados em Badajoz. A Junta campomaiorense protestou alegando, com êxito, que os acusados eram portugueses e como tal deviam ser julgados pelas leis de Portugal “que as tinha para todas as qualidades de criminosos”³⁵.

Em Setembro de 1808, a Junta campomaiorense acusou o Feitor Real do Assento da Praça de Campo Maior de se apropriar, no exercício das suas funções, de bens que não lhe pertenciam. O suspeito recorreu à intervenção de Galluzo que, contrariando os poderes atribuídos aos governantes campomaiorenses, aceitou julgar em assunto que não lhe pertencia³⁶.

Era evidente que sem o apoio da Junta Suprema da Extremadura sediada em Badajoz, em especial dos seus corpos de exército, Campo Maior não teria superado as dificuldades que teve de enfrentar e, muito menos, resistir às prováveis investidas das forças do exército napoleónico que ocupavam Elvas.

Como tal, dizia-se que, por força da presença de tropas espanholas em diferentes terras portuguesas desta parte da raia, Galluzo se comprazia, dizendo: “Campo-mayor es mio; Marvan es mio; Juromenha es mia”³⁷.

Mas de Badajoz não chegou, no decurso do Verão de 1808, unicamente, correspondência com decisões importantes, apoios materiais de vária natureza e até formulários que, depois de adaptados, haviam de regulamentar as cerimónias de investidura e juramento de obediência às sagradas casas reais de ambos os países.

Também chegavam, através dos jornais, notícias do que acontecia em outras regiões da Península Ibérica e se divulgavam novas ideias e formas de governação dos povos. Exemplo disso encontramos-lo num pequeno texto pu-

³⁵ *Idem*, Nota 3, p. 123

³⁶ *Idem*, Nota 3, pp. 171 e ss.

³⁷ *Idem*, Nota 3, p. 165

blicado no jornal de Badajoz, “Almacém Patriótico”, que punha em causa a validade dos pilares do “Antigo Regime” e abria horizontes para formas de governo menos imobilistas.

“Não acrediteis que os Reis vêm enviados por Deus aos Povos, como dizem os que querem ser Reis, e árbitros das vossas vidas e fazendas. A vontade dos Povos é que faz os Reis e ela própria os desfaz quando estes abusam dos poderes que o Povo lhe confiou. Um Rei é um General, um Administrador nomeado pela Nação”³⁸.

Registe-se que a revolução de Campo Maior e os acontecimentos dela resultante não foram irrelevantes para as gentes da nação vizinha. A eles se referiram, naquele tempo, por mais de uma vez, o “Diário de Badajoz” e a “Gazeta de Madrid”³⁹.

VII. A AÇÃO GOVERNATIVA DA JUNTA DE CAMPO MAIOR

Enquanto em Campo Maior se dava início à consolidação da Revolução, em Elvas, ocupada desde 1 Dezembro de 1807 por tropas espanholas ao serviço de Napoleão e por militares do exército francês a partir de Março do ano seguinte, era nomeado para Governador daquela cidade, o Coronel francês Michel. “Homem avarento, suspeito e violento que por estas qualidades tinha já d’antemão o odio do povo”. Por tais motivos e pelo incremento da revolta na região alentejana, Michel, “receoso de alguma conspiração contra a sua vida”, alternava as suas dormidas entre a cidade e o Forte de Lipe.

Conhecida a situação, organizou-se em Campo Maior, em segredo, sob a orientação de Francisco Serra, frade franciscano e do experiente Luís José Xara, com apoio da Junta campomaiorense, um grupo constituído por doze homens, entre os quais António Martins Sequeira Azinhais, a quem mais adiante nos referiremos. Dos doze guerrilheiros, todos portugueses, conhecemos os nomes. Três eram militares que tinham desertado de Elvas e os restantes naturais de Campo Maior. Destes, uns estavam ao serviço da guarnição da Praça campomaiorense, outros eram caçadores experimentados.

³⁸ Almacém Patriótico, N.º IV, citado por MELÉNDEZ TEODORO, Álvaro: *La Guerra de la Independência en la prensa de la época (Julho-Setembro 1808)*, Congresso Internacional Guerra da Independência en Extremadura, p.484

³⁹ *Diário de Badajoz*, N.º27, de 13 de Julho de 1808 e *Gazeta de Madrid*, N.º 118, de 30 de Agosto de 1808.

Após detalhado planeamento, o grupo, em dia aprazado, saiu de Campo Maior, em “traço rústico e em modo de quem ia caçar”. Já fora das muralhas, tomaram o caminho para Santa Eulália e daí, discretamente, para as proximidades de Elvas, com o objetivo de emboscarem o mencionado Michel, no decurso das suas deslocações entre a urbe e o Forte.

A operação decorreu como o programado. Em 8 de Julho, os voluntários campomaiorenses chegados às cercanias de Elvas, emboscaram-se nas bermas da estrada que da cidade conduzia ao mencionado Forte de Lipe, nuns “olivais junto à fonte do rio de Mello”, onde aguardaram em silêncio o momento de atuar. Ali, ao cair da noite, quando o Coronel Michel, Governador da Praça de Elvas e um oficial francês que o acompanhava, desprevenidos e montando em seus cavalos avançavam em direção ao Forte para pernoitar, foram atingidos por tiros de espingardas. Michel tombou do cavalo com ferimento grave, do qual viria falecer mais tarde, enquanto o seu companheiro fugiu “à rédea solta pela estrada do Forte acima”.

“Escusado será dizer que os nossos caçadores se deram grande pressa para chegar a Campo Maior e, chegando, se apresentarem a Moreno (oficial espanhol Governador da Praça de Campo Maior) que os recebeu com mostras de agradecido” e promessa de promoção a alferes aos que eram militares⁴⁰.

Ao instituir-se, em princípios de Julho de 1808, à semelhança do que acontecera em Badajoz, a Junta Revolucionária de Campo Maior reivindicou para si o direito de decidir sobre todas as áreas de governação da Praça.

A vereação municipal, que até então administrara a Vila, foi reduzida a mero objeto decorativo, enquanto a Junta não só passava a exercer os poderes regulamentares atribuídos ao governo autárquico, como estendia a sua autoridade para sectores que antes dependiam do poder central instalado na capital do reino.

A Junta de Governo, através de repartições por si criadas – “Junta Militar”, “Junta de Finanças”, “Junta de Polícia” e outras de menor significado - detinha o poder de decidir sobre tudo o que de relevante se relacionasse com o governo e defesa da Praça. Incluindo no leque de suas competências, a administração do Hospital Militar; o alojamento de

⁴⁰ ACÚRSIO DAS NEVES, J.: Tomo IV, Cap. XXXVIII, p.153-155 e FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, pp. 78-82.

“oficiais” e demais tropas, em casas dos moradores; a fiscalização dos gastos com a tropa; a cobrança dos “direitos Reais, do Concelho, e Rendas Públicas”; o policiamento e aplicação da justiça; a verificação da qualidade dos víveres; e o controle da “Feitoria do Real Assento”.

Na extensa lista de sectores de atividade e instituições que deviam obediência à Junta de Governo, nem a alta hierarquia do bispado se encontrava desobrigada.

Quando do início da rebelião, a Junta de Governo de Campo Maior pretendeu ter como dirigentes máximos, “personagens de representação” para o que convidou, por carta, o General Francisco Paula Leite, em Évora, e o Bispo da Diocese de Elvas, D. José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho. O primeiro recusou respeitosamente o convite, invocando que o momento não era propício mas admitia que, “logo que o permitissem as circunstâncias”, viria para Campo Maior. Coisa diferente ocorreu com o prelado, que recusou receber o convite, respondendo de viva voz que considerava “que corria (riscos) de dar por escrito a resposta”.

Reunidos em assembleia, os membros da Junta campomaiorense decidiram rejeitar as “razões ponderadas pelo portador, em desculpa à falta de resposta escrita” por parte do chefe da diocese elvense. No desenrolar da sessão “houve votos para se mandar surpreender o Bispo na Quinta, em que residia, e se conduzir entre escolta a Campo Maior. Não prevaleceram. Opinou-se pela confiscação dos dízimos que lhe pertenciam. Eram bens de pessoa eclesiástica. Ainda foi sem efeito este parecer. Por fim insistiu-se em que se devia novamente convocar e se resolveu dirigir-lhe pelo mesmo portador a seguinte carta”, datada de 14 de Julho de 1808:

“ (...) Com o maior sentimento vê esta Suprema Junta de Província do Alentejo que V. Ex.^a. olhando com indiferença os direitos do nosso Sereníssimo Príncipe Regente e liberdade da Nação Portuguesa e a vingança que estão clamando tantas desgraçadas vítimas, sacrificadas com nunca ouvida barbaridade, olha só a sua segurança com tanta pusilanimidade, que nem ao menos se atreveu a por no subscrito, que nos remeteu, um “recebi”, comprometendo deste modo a honra do portador e deixando-nos em dúvida, se ele cumpriu, ou não, com a comissão que por nós fora encarregado. (...) Estamos em guerra e seguros de morrer ou vencer. (...) Portanto, rogamos a V.Ex.^a(...) queira sustentar a dignidade que por tantos títulos lhe é devida, vindo presidir-nos (...). Nesta Praça terá V. Ex.^a a segurança que aí lhe será duvidosa; e nós a satisfação de o termos à testa, não nos vendo por isso precisados recorrer a meios violentos; o que sem

dúvida faremos mandando proceder à apreensão e sequestro das rendas Episcopais desta Vila, Ouguela, e mais Terras, para serem aplicadas às urgências do Estado”.

O Bispo de Elvas respondeu, por carta do dia seguinte, que não podia aceitar o cargo que lhe ofereciam, porque a sua presença naquela cidade protegia os seus habitantes da hostilidade dos soldados de Napoleão. Acrescentando que, “quanto à apreensão e sequestro das rendas episcopais “podia a Junta de Campo Maior dispor delas”.

Entre os membros da governação campomaiorense, encontravam-se dois sacerdotes que, por “respeito devido aos pastores da Igreja”, pediram para não subscrever a correspondência dirigida ao Bispo. A pretensão foi recusada pelos restantes elementos da Junta e os prelados “ameaçados de prisão por refratários às leis do Estado”⁴¹.

No Alentejo, em finais de Julho o número de terras sublevadas contra os franceses, entre as quais Évora, era motivo de preocupação para Junot. Para combater a situação chamou, ao seu quartel-general instalado no Palácio Quintela em Lisboa, Loison, o famoso “Maneta”, assim apodado por ter perdido o braço esquerdo num acidente de caça. Loison, que se destacara por ser um dos generais mais experimentado e violento da tropa invasora, recebeu a missão urgente de se dirigir com os seus homens à capital alentejana e ali impor obediência a Napoleão.

Conhecedor das intenções de Junot, o General Francisco Paula Leite, comandante do exército antifrancês do Alentejo, ordenou, por ofício de 26 de Julho, aos governantes das terras rebeladas da região, que reunissem forças para irem em auxílio de Évora.

A Junta campomaiorense, perante a dificuldade de cumprir tal convocatória, uma vez que, se enviasse tropa portuguesa para Évora, a Vila, onde permaneceriam só os militares espanhóis, ficaria desguarnecida face a eventual ataque dos destacamentos franceses instalados na muito próxima Praça de Elvas, não respondeu de pronto ao solicitado.

A decisão, por difícil, obrigou a reunião extraordinária da Junta de Campo Maior que, impotente, decidiu pedir conselho e auxílio à Junta de Badajoz, para cuja missão enviou àquela cidade uma deputação.

⁴¹ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp.230 e ss.

O assunto exigia despacho urgente, o que não aconteceu. A representação campomaiorense não encontrou no General Galluzo, nem nos vogais da Junta Extremenha por ele presidida, recetividade nem celeridade necessárias à sua solução.

Entretanto, chegava a Campo Maior a notícia do desastre de Évora onde, em 29 de Julho, tropas provenientes das povoações revoltadas do Alentejo, mal instruídas e armadas, foram sem grande dificuldade derrotadas. A cidade foi ocupada e a população barbaramente reprimida pelas tropas de Loison. Para o infausto sucesso terá contribuído, segundo estratégias castrenses da época, a falta de auxílio militar solicitado à Junta de Campo Maior⁴².

Momentos de eminente perigo para moradores, guarnição e membros da Junta campomaiorense, tiveram lugar nos primeiros dias de Agosto quando, poucas semanas depois da emboscada a Michel, em Elvas, o General Loison chegou àquela cidade com os soldados que tão barbaramente haviam atacado em Évora, mulheres, idosos e crianças.

Loison percorrera Portugal de norte a sul. Por onde passara ordenara pilhagens e cometera as maiores atrocidades, mesmo sobre as populações indefesas, criando fama de cruel e desumano. Por tal, a sua presença na próxima cidade de Elvas era motivo de enorme temor para os habitantes de Campo Maior.

O temido general, querendo submeter a Praça campomaiorense, logo tratou de enviar um emissário à Vila incitando os moradores a “expulsarem os Espanhóis e ao mesmo tempo ameaçava de os castigar exemplarmente se, desprezando os seus generosos oferecimentos, persistissem na loucura de quererem, com os mesmos, resistir às armas vencedoras de seu Amo, Napoleão”.

A intimidação a Campo Maior foi rejeitada, o que de imediato, previa-se, iria conduzir ao enfrentamento. Militares e civis prepararam-se, a partir de então, para combater as tropas de Loison. Acionam-se as medidas apropriadas para o eminente confronto, de cuja obrigação nem frades nem sacerdotes se podiam eximir. A clerezia por aquele tempo não seria escassa, uma vez que um censo da população do ano 1837 regista vinte e quatro sacerdotes com residência fixa em diferentes artérias da Vila.

O General francês cumpriu a ameaça, saindo de Elvas com a sua “Divisão” rumo a Campo Maior. Contudo, ao chegar ao rio Caia, linha de água que separa os dois concelhos, “mudou de propósitos, tomando a estrada de Arronches,

⁴² *Idem*, Nota 3, pp. 141-146.

donde se encaminhou a Portalegre”, entrando nesta cidade em 6 de Agosto de 1808.

A ordem de defesa da Praça de Campo Maior, que se adotou desde a ameaça de Loison, foi a que se manteve durante “três noites sucessivas (...) até que a certeza da sua marcha por Arronches” permitiu que os defensores descansassem. Folga que nem todos beneficiaram, uma vez que pelas suas responsabilidades os “Voluntários da Junta vigiavam de noite as muralhas como soldados (e) de dia curavam dos meios de prover à segurança pública, a fim de que esta não naufragasse por descuido”. Tratava-se de jovens que sentiam orgulho das funções que exerciam, muitos dos quais “reputaram afronta ser recrutados e se ofereceram livremente ao serviço, exigindo dos comandantes, no assento da sua praça, a distinção de “voluntários”⁴³.

Superado à custa dos cofres da Junta de Badajoz, o problema da falta de pagamento do pré à tropa espanhola que defendia Campo Maior, como atrás referimos, subsistia, contudo, igual carência em relação aos militares portugueses ali aquartelados.

Em meados de Agosto de 1808 a “Caixa Nacional” encontrava-se desprovida de fundos necessários ao cumprimento das suas obrigações.

O não pagamento do pré causou descontentamento de algumas unidades do exército português em serviço naquela Praça,” que ameaçaram abandonar, saquear os moradores da vila ou sequestrar a Junta quando esta se encontrasse reunida”.

Perante tal gravidade, e por ser “Campo Maior a única Praça da Província aonde se achava reunido o exército do Príncipe Regente (...) e o único Ponto onde se podiam reunir bons e leais portugueses”, a solução encontrada foi “a venda de algumas terras pertencentes ao Concelho para com o seu produto se prover à necessidade dos pagamentos”⁴⁴.

Testemunho dessa decisão encontrámo-la numa escritura notarial, realizada em 27 de Agosto de 1808, relativa à venda em “Praça Pública”, feita pela Junta de Campo Maior, de um ferragial de 12 alqueires, no sítio do Moyo, junto à Estrada de São Pedro, a Mateus José, por 336.000 réis⁴⁵.

⁴³ *Idem*, Nota 3, pp.160-163, e 96.

⁴⁴ *Idem*, Nota 3, pp. 254-256.

⁴⁵ Arquivo Distrital de Portalegre, Livros Notariais de Campo Maior, Maço 216, Livro 51, fls.10.

As dificuldades financeiras foram desde o início da revolta problema permanente.

A reabilitação do Hospital Militar, esvaziado pelos franceses de todo o seu recheio, e a reposição do seu funcionamento, constituía uma das mais urgentes necessidades da Praça, cujos custos a Junta não podia suportar.

Solidários com a situação que então se vivia na vila, alguns comerciantes e homens de negócios acorreram com dinheiro e mercadorias para o restabelecimento do Hospital Militar entre os quais: o boticário Francisco Cesário Rodrigues Moacho, que ofereceu gratuitamente medicamentos “da sua botica”, “roupas de sua casa” e, na sua deslocação à Junta Suprema do Reino, na cidade do Porto, obteve desta, gratuitamente, “duas caixas de instrumentos cirúrgicos para uso no (dito) Hospital”; Manuel António Gonçalves Nisa, mercador e um dos colaboradores iniciais na revolta, “fez donativos de 360 varas de pano de linho”; Firmino José da Matta, proprietário, doou “duas camas completas” e 100 réis em dinheiro. Pouco tempo depois da sua reabilitação, sabemos-lo através dos respetivos assentos de óbito, o Hospital foi lugar de falecimento de vários militares, vítimas de uma epidemia de febre “maligna” que se propagou na vila.

Entre o rol de carências a aguardar solução urgente, destacava-se a ausência nos armazéns da Praça de panos para fardamentos e mochilas dos soldados, bem como de munições para as peças de artilharia e espingardas. Para acudir a tais dificuldades outros comerciantes da Vila vão dar a sua contribuição voluntária: António Mattos, “concorreu com 116 côvados de camélio e uma resma de papel”; João Nunes Ferreira, “com 64 ditos de serafina”; Manuel Pereira Rosado, com loja aberta na Rua de São Pedro, “com 50 côvados de durante e três resmas de papel”⁴⁶.

A Vila, que ao longo da sua história fora lugar de entrada em Portugal de exércitos estrangeiros, mercadores, comitivas régias e embaixadas religiosas, vai abrigar em quartéis e casas de seus moradores, nos anos de 1807 a 1811, militares portugueses, espanhóis, franceses, valões, suíços, ingleses, irlandeses e de outras nacionalidades, bem como civis fugidos de terras alentejanas ocupadas pelos franceses. Esta afluência tornara Campo Maior “huma corte, principalmente depois da desgraça de Évora, concorrendo alli para se refugiarem,

⁴⁶ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp. 108 e ss.

não só os militares, mas também um grande número de famílias de Elvas, Arronches, Portalegre, e de muitas outras terras do Além-Tejo”⁴⁷.

Indícios da existência dessa babel constam de uma lista de sentenças proferidas pela Junta de Polícia campomaiorense, nos meses de Agosto e Setembro 1808, por crimes de diferente natureza praticados na Vila, onde além de naturais de Campo Maior e de outras terras alentejanas e espanholas vizinhas, se encontram “manchegos”, “napolitanos” e “canarinos”⁴⁸.

Porém, não obstante esta mobilidade populacional, não deixa de ser curioso assinalar que, na atualidade, passados mais de duzentos anos, ainda subsistem entre os naturais de Campo Maior descendentes diretos de alguns dos participantes nesta singular história.

Encontram-se nessa situação os pioneiros da rebelião e os membros e colaboradores da Junta de Governo: Francisco Cesário Rodrigues Moacho, Luís José Xara, António Martins Sequeira Azinhais, António Rodrigues Dentes, Diogo Pereira da Gama, Manuel António Gonçalves Nisa, Firmino José da Mata, e Manuel Pereira Rosado. Os quatro primeiros a carecerem de confirmação. Os quatro últimos, comprovadamente.

Sabe-se que, na sequência da insurreição contra o ocupante francês, ocorreram em várias partes do país, alterações à ordem pública, muitas das quais tendo como objeto da ira popular gente suspeita de apoiar os franceses. Estas perturbações, segundo Fr. João Mariano, foram em Campo Maior pouco frequentes.

Uma dessas raras turbulências é-nos revelada pelo autor da “Memória Histórica” em que nos vimos apoiando. Certo dia, entrou “pela porta de S. Pedro que é uma das da Praça, Marcelino Gomes, Meirinho da Superintendência Geral das Alfândegas da Província de Além-Tejo”. Ao vê-lo, os soldados do Regimento nº. 8, de Castelo de Vide, que ali se encontravam de serviço “gritaram Francês! Francês! Morra, que é traidor”. Nele reconheciam o delator que semanas antes indicara à tropa francesa as residências das pessoas que em Castelo de Vide haviam de ser saqueadas.

⁴⁷ ACÚRSIO DAS NEVES, J.: *História Geral das Invasões dos Franceses*. Tomo IV, Cap. XXXIV, pp. 100-101.

⁴⁸ FR. JOÃO MARIANO: *Idem*, Nota 3, pp.177-178.

O Meirinho correu a refugiar-se nas muito próximas “casas de Dom José de Carvajal”, membro destacado da Junta e principal fidalgo da Vila. “Soldados e povo” cercaram-lhe o palácio e amotinados exigiram a entrega do afrancesado, afirmando que, não arredariam pé “enquanto não lhes fosse entregue o criminoso (...). Carvajal aquietou algum tempo seus ânimos agitados, mostrando condescender com a sua petição”. Entretanto, “apareceu uma escolta numerosa de soldados, diligenciada por ele, para conduzir à cadeia o Meirinho” e, ainda que os ânimos não serenassem logo, o incidente acabou pouco depois por se encerrar⁴⁹.

Os anos 1807-1808 foram, em Portugal, particularmente no Alentejo, tempo de insólitos acontecimentos históricos. Entre os quais se destaca o paradoxal comportamento das tropas napoleónicas que, vindas para libertar os portugueses vítimas de um regime de servidão e de opressão reinante no nosso país, acabaram cometendo as maiores atrocidades, muitas das vezes contra os mais humildes e indefesos.

Desprovidos de governo central que os defendesse, igualmente singular foi a forma encontrada pelos patriotas portugueses para combater os autores de tais desmandos.

A sublevação popular e a criação de governos autónomos em vilas e cidades -as Juntas- são a resposta a tão má sorte. Organizam-se à pressa corpos militares que ainda que mal treinados e armados, vão surpreender as tropas invasoras desgastando-as e obrigando-as a abandonar Portugal.

Em certas regiões do país, algumas Juntas -a de Campo Maior foi uma delas- no seu processo de afirmação, baseadas na antecipação do ato revolucionário, reivindicaram para si a direção do combate ao invasor e de tudo o que se relacionasse com a defesa do território. A de Campo Maior arrogava-se dessa primazia e para se distinguir das que não detinham aquele atributo autodenominava-se, na correspondência que expedia, de Junta Suprema. Testemunhos dessa liderança dá notícia Fr. João Mariano, na sua “Memória Histórica”.

Em meados de Agosto “apresentou-se em Junta, Francisco Xavier de Matos, Capitão das Ordenanças de Castelo de Vide”, revelando a retenção, em algumas terras a norte de Campo Maior, de “certas porções de algodão” e

⁴⁹ *Idem* Nota 3, pp. 181-182.

outras “fazendas, bens e dinheiro” que os soldados franceses tinham abandonado ou perdido na sua marcha para Abrantes. “Oferecendo-se (o dito capitão) a facilitar a sua condução e a entrar nesta diligência gratuitamente e sem mais clausula de despesas que a paga dos transportes”.

A Junta de Campo Maior, no uso dos poderes que detinha naquela parte do Alentejo, autorizou o referido capitão a “fazer as averiguações (...) necessárias” à apreensão de todos os haveres que tivesse notícia, “dando a esta Junta a mais escrupulosa conta e fazendo a esta Praça as competentes remessas”. Autorização semelhante e com a mesma finalidade recebeu “José Carlos Pinheiro, Quartel Mestre de Milícias da Cidade de Portalegre”. Em “resultado dessas diligências”, fruto da recuperação de bens saqueados pelas tropas franceses, chegaram a Campo Maior, “552 arrobas de algodão, 400 e tantos couros de Boi (...) algumas espingardas, terçados, espadins (...), algumas alfaias de Igreja, e de mulher, de ouro e prata, e várias outras miudezas”⁵⁰.

Junot, derrotado na Batalha do Vimeiro em 21 de Agosto de 1808, por forças anglo-lusas, conclui não ter condições para prosseguir combatendo em Portugal, propondo negociações de paz que conduziram à assinatura da denominada Convenção de Sintra e à saída do nosso país dos exércitos de Napoleão, entre Setembro e inícios de Outubro daquele ano. Nas conversações só tiveram lugar representantes do exército francês e das forças inglesas que auxiliavam os portugueses. As cláusulas do acordo foram consideradas, por muitos, afrontosas para Portugal, uma vez que se permitiu aos franceses levarem para o seu país parte importante das riquezas por si roubadas em palácios, conventos e igrejas.

Em 18 de Setembro de 1808, foi restabelecida em Lisboa a Regência do Reino e decretada a extinção das Juntas Revolucionárias existentes em algumas aldeias, vilas e cidades do país.

A Junta de Campo Maior cessou funções em 27 do mesmo mês, data em que realizou a sua última assembleia. Os governantes campomaiorenses aproveitaram a reunião para, através de carta, anunciarem publicamente a extinção do órgão que integravam e se despedirem e agradecerem o auxílio que lhe fora prestado por certas entidades, nomeadamente, a Junta Suprema do Porto e a Junta Suprema de Badajoz.

⁵⁰ *Idem* Nota 3, pp. 249 e ss.

O derradeiro plenário decidiu, também, remeter ao Governo Supremo do Reino documento com a descrição dos gastos efetuados durante a sua governação e informar que iria ser elaborada “uma fiel e circunstanciada Memória do todas as operações desta Junta e das pretensões e acontecimentos que direta ou indiretamente lhe respeitem, para ser apresentada” aos Governadores do Reino, em Lisboa. Trabalho “que, por confiar muito da (sua) literatura, aptidão e mais circunstâncias”, se encarregaria “Fr. João Mariano de N. Senhora do Carmo Fonseca, deputado desta Junta”⁵¹.

O autor da “Memória Histórica”, cujas páginas iniciais são ocupadas por texto laudatório dedicado ao Príncipe Regente, D. João, revela, nas suas extensas considerações sobre a Revolução e o Governo dela resultante, que a maior preocupação dos dirigentes das Juntas consistia em impedir que o povo miúdo, aproveitando a ausência do poder central, se rebelasse. O que, como é óbvio, se o fizesse, o faria contra a nobreza terra-tenente e seus aliados, exigindo a abolição da servidão e de outros constrangimentos que lhe afligiam a existência.

Não obstante o papel controlador das Juntas, certos privilegiados reputavam-nas prejudiciais à harmonia e bem-estar de suas vidas.

Respondendo aos críticos, que as consideravam responsáveis da intranquilidade reinante, Fr. João Mariano, argumenta com princípios, cuja verdade “é confirmada pela experiência e praxis de todos os dias: (...) As Juntas não foram, como erradamente se supõe, meios ineficazes para obstar ao desenfreamento do povo nos momentos de crise da Revolução. (...) Dizer que o Governo das Juntas, como resultado da anarquia e das desordens, não tendia senão a meter os espíritos em combustão e não declarar o sentido desta geringonça é, quanto a mim, proferir uma blasfémia política, posto que desculpável porque não conhecida. (...) Que nome daremos logo à desordem que produziu as Juntas na sublevação dos Portugueses? Nenhum outro que não seja o de Revolução. (...) Todavia, no estado das coisas de Portugal a desordem de que íamos falando era o único remédio indicado e aplicável. Sem ela o Estado não teria saído da sua funesta paralisia, nem o Governo da sua aniquilação. A agitação popular era absolutamente necessária para lhes ser restituído movimento e vida”⁵².

⁵¹ *Idem* Nota 3, pp. 285 e ss.

⁵² *Idem* Nota 3, pp. 66-72.

VIII. A REPRESSÃO POLÍTICA DE 1824-1834

A saída de Portugal do exército de Junot e a extinção das Juntas de Governo não trouxe tranquilidade a Campo Maior, nem afastou os seus defensores e moradores de participar nos principais acontecimentos que se vão seguir.

As violências praticadas pelo exército francês na região alentejana haviam de deixar marcas de profundo temor na população campomaiorense. Testemunho desse estado de espírito, as gentes da terra, face à hipótese de perecer sem registar de forma válida as suas últimas vontades, apressaram-se a fazê-lo. Como o comprova o aumento em flecha do número de testamentos efetuados pelos notários da Vila nos anos 1809 e 1810, quando de novo os exércitos de Napoleão ocuparam Portugal.

Em 1806, realizaram-se em Campo Maior 20 testamentos; em 1807, 17; em 1808, 10; em 1809, 51; em 1810, 53; em 1811, 19; em 1812, 10⁵⁴.

O peso da presença de contingentes militares na Vila, frequentemente estrangeiros, vai acentuar-se durante as invasões francesas, para diminuir lentamente, até desaparecer por completo em finais de Oitocentos.

Algum tempo depois da extinção do Governo da Junta, em Setembro de 1808, chegou a Campo Maior, para reforço da sua defesa, uma unidade da 3ª Divisão do Exército Britânico - o Regimento de Infantaria N.º 45.

A expectativa de permanência destes militares estrangeiros na vila, alguns dos quais irlandeses, não devia ser curta, uma vez que se faziam acompanhar das respetivas esposas, também elas irlandesas, algumas das quais acabaram por falecer em Campo Maior, pagando com a vida a sua solidariedade para com os maridos⁵⁴.

As estadias, curtas ou prolongadas, de unidades do exército espanhol em Campo Maior, sucederam-se, repetidamente, no decurso de 1810, ano em que tropas francesas invadiram Portugal pela terceira e última vez.

⁵³ Arquivo Distrital de Portalegre, Livro dos Índices Notariais de Campo Maior e Ouguela (1692-1897).

⁵⁴ Arquivo Distrital de Portalegre, Livros Paroquiais de Campo Maior, Freguesia de S. João Baptista, Óbitos de Maria do Mar Linxe e de Catarina O'Brien, de 2.Nov. e 29.Nov.1809, respetivamente.

Um dos episódios desta derradeira tentativa de Napoleão alargar o seu império, aconteceu em 12 de Março de 1811, quando uma divisão do seu exército, comandada pelo General Girard, cercou Campo Maior e, após vários dias de bombardeamento, ocupou, ainda que por pouco tempo.

A presença de numerosos soldados, sargentos e oficiais provenientes de diversas partes de Portugal e da Europa, de homens de cultura ou próximos da cúpula do poder político, de diferentes costumes, mentalidades e religiões, numa terra relativamente pequena como Campo Maior, havia de se refletir sobre a maneira de ser e de pensar dos seus moradores.

Exemplos de forasteiros que, através do convívio, terão contribuído para a alteração das mentalidades da população local, encontramos-los no Brigadeiro Inácio Freire de Andrade, que em 1810 residia em Campo Maior com sua família. Parente próximo, talvez irmão, do General Bernardim Freire de Andrade, um dos políticos portugueses mais influentes do seu tempo. E em José Freire de Andrade e António José Freire de Andrade, Cadetes do Regimento de Infantaria nº.20, de Campo Maior, em 1804 e, certamente, filhos do mencionado Brigadeiro Inácio Freire de Andrade⁵⁵.

Figura de destaque, residente em Campo Maior cerca de cinco anos, foi Don Diogo Torrero, Bispo de Guadix, apoiante do movimento Juntista em Espanha e um dos principais redatores da Constituição Espanhola de Cádiz de 1812. O Bispo Torrero, a que mais adiante voltaremos a referir-nos, foi, certamente, um dos intelectuais e políticos de maior prestígio que alguma vez residiu em Campo Maior.

Outra personagem que pela sua origem familiar e pelas suas ideias se distinguiria entre os habitantes da Vila terá sido José da Costa Neves, boticário, estabelecido no Largo do Terreiro, desde o ano 1822. Filho do conhecido historiador José Acúrsio das Neves, autor da principal História sobre as Invasões dos Franceses em Portugal.

Aos prováveis impactos sobre o espírito dos campomaiorenses, resultante do convívio com tão variadas gentes, acrescem as vivências dos meses de Verão de 1808, e o papel que alguns membros e colabores da Junta de Governo vão desempenhar na Vila e fora dela, logo que as tropas de Napoleão abandonam definitivamente Portugal.

⁵⁵ Arquivo Distrital de Portalegre, Idem, Óbitos, de 13 Maio.1810, fls. 50vº; Idem, Casamentos, 31 Agosto 1804, fls.10.

As dissonâncias entre os campomaiorenses, abafadas durante a presença do inimigo comum, reacendem-se. A pobreza, as superstições e as elevadas taxas de analfabetismo da população nativa, em contraste com a vida mais desafogada e a literacia dos forasteiros e de alguns naturais portadores de novas ideais, geram sentimentos de incompreensão e rejeição. Contradições que aproveitadas por indivíduos movidos por interesses próprios e utilizando argumentos emocionais, servirão para arregimentar o apoio do povo na defesa do antigo regime e repulsa de tudo o que representasse mudança ou inovação. Clima que radicalizando-se vai conduzir à intolerância, à perseguição política e a atos de violência entre a população da Vila.

Entretanto, alguns daqueles que juntos haviam construído a singular situação vivida em Campo Maior, no Verão de 1808, iniciam percursos de vida que os levarão a campos opostos da militância política, de que são exemplo dois dos mais destacados elementos daquele extraordinário acontecimento – Rodrigues Moacho e Fr. João Mariano.

Francisco Cesário Rodrigues Moacho, que após os sucessos do Verão de 1808, voltara a evidenciar-se na defesa da Vila durante o cerco posto pelos franceses em 1811, já se encontrava a residir em Lisboa, em Abril de 1812, onde exercia funções de colaborador do então Ministro do Reino, Miguel Pereira Forjaz, Brigadeiro do Exército.

Em carta de 12 de Setembro de 1810, dirigida a Moacho, aquele ministro encarrega-o de a partir de então “lhe comunicar tudo o que for importante tanto para a Fazenda como ao serviço do Príncipe Regente”

A leitura de um conjunto de documentos transcritos na “Relação Abreviada” da Revolução de Campo Maior em 1808, da autoria do mesmo Frei João Mariano, editada em 1813, permite concluir que entre Moacho e aquele governante se estabeleceu durante anos uma relação de interesse mútuo. Ligação institucional que certamente contribuiu para as benesses honoríficas e pecuniárias que o Príncipe Regente e outros notáveis atribuíram a Moacho pelo seu papel na Revolução de Campo Maior e no cerco da Vila em 1811⁵⁶.

Sete anos depois da sua nomeação para aquele cargo, Moacho ainda ocupava o mesmo ofício. Numa petição por ele enviada ao referido ministro, em

⁵⁶ “Relação Abreviada dos factos mais recomendáveis da Revolução..., em 1808, Idem, Nota 28.

24 Outubro de 1817, lembra a “Beneficência de V.Ex^a. que comigo a tem exercido milhares de vezes”, contrapondo que as longas demoras na solução das questões por ele requeridas ao citado governante estavam a arruiná-lo “cada vez mais com gastos nesta corte, a sete anos”⁵⁷.

Enquanto tal, em Campo Maior, Fr. João Mariano encontrava-se, em Setembro de 1815, em vias de se desobrigar dos votos religiosos. Com essa finalidade, seus pais fizeram-lhe, naquele tempo, doação de quatro propriedades, no valor de 350.000 réis⁵⁸.

Desconhecemos o alcance prático de tal secularização, uma vez que não só foi posteriormente nomeado Reitor do Seminário de Elvas (1818-1820), como foi pregador em um “Te Deum” realizado na Igreja Matriz de Campo Maior, em 1824, no qual reclamou a repressão violenta dos liberais campomaiorenses⁵⁹.

Campo Maior foi durante o período de 1824-1834 cenário de grande agitação popular contra os liberais, gente que o povo associava aos afrancesados e, certamente, às atrocidades cometidas anos antes pelos soldados franceses que invadiram a região.

Um dos agentes provocadores dessa quase anarquia, que então reinou em Campo Maior, terá sido Fr. João Mariano. Como nos relata o historiador campomaiorense João Dubraz, nas suas “Recordações” sobre a Vila do seu tempo: “Quando medito (...) sobre as cenas anárquicas de Campo Maior vejo sempre na penumbra a postura soberbamente orgulhosa do Padre Marianno. Quem era este padre? (...) Porque estava aqui e não em outra parte um sacerdote com fumos de bispo, um homem instruído que se ufanava de ser o profeta da plebe embrutecida?”⁶⁰.

Acontecimentos de acentuada perturbação social entre a população da Vila surgem nos primeiros dias de Maio de 1824, na sequência de um golpe de estado liderado pelo Infante D. Miguel, ocorrido em Lisboa em 30 de Abril daquele ano. O levantamento na capital destinava-se a destituir do trono o rei D. João VI, seu pai, e a restabelecer o regime absolutista em Portugal.

⁵⁷ Arquivo Histórico Militar, Div/1/16/050/089.

⁵⁸ Arquivo Distrital de Portalegre, Livros Notariais de Campo Maior, Maço 213, Livro 14, fls.60

⁵⁹ “A Sentinela da Fronteira” (jornal de Elvas), N.º.18, de 14 de Maio de 1881, p. 21.

⁶⁰ DUBRAZ, J.: *Obra citada*, p. 48.

“Há muito que existia em Campo Maior huma facção inimiga do Governo de Sua Magestade, (D. João VI) da qual” faziam parte, entre outros, o Padre João Mariano da Fonseca Moraes, dois outros sacerdotes, um oficial do exército, e um empregado no Assento da Praça.

Logo que a notícia do golpe de militar de Lisboa foi comunicada a Campo Maior, a tropa e as autoridades concelhias prestaram obediência a D. Miguel. Houve luminárias, música e “Te Deum (na Matriz): subiu ao Púlpito o Padre Mariano e aí (pregou) que devia correr sangue dos Portugueses (...), como outrora já correrá com o dos Judeus; que assim era preciso, e ia acontecer, pela promessa que o senhor infante (D. Miguel) tinha feito de não embainhar a espada, em quanto não desse cabo dos Pedreiros livres (liberais)”.

Fruto da intolerância fomentada por Fr. João Mariano, foi organizada “uma lista de quarenta e quatro Cidadãos para serem presos e remetidos a Lisboa”. Ações que não se concretizaram porque, na capital, os autores do golpe de estado foram derrotados e o infante D. Miguel remetido para o exílio em Áustria⁶¹.

Em Campo Maior, ainda que dominada pelos seguidores de D. Miguel entre os anos 1824-1834, residia gente contrária ao absolutismo, dos quais alguns tinham participado na revolução patriótica de 1808 e no sequente Governo da Junta e, muito provavelmente, se encontravam na lista de suspeitos de serem partidários do liberalismo, em Maio de 1824.

Entretanto, o Rei D. João VI falecia em 1826, sendo a regência do reino entregue a uma sua filha. D. Miguel, vindo do exílio em Áustria, regressa a Portugal em 28 de Fevereiro de 1828. Ainda no mesmo ano, após movimentações palacianas, é aclamado rei absoluto.

A partir de então, em clima de arbitrariedades de toda a ordem, reinicia-se a perseguição aos liberais em Portugal, fenómeno que se repercutirá severamente sobre as gentes de Campo Maior.

Prova disso encontramos-la em um processo judicial do ano 1829, contra vinte e seis campomaiorenses indiciados de serem partidárias da Constituição de 1822, a mais progressista até então aprovada em Portugal. Entre os acusados estavam quatro padres e outros tantos oficiais do exército. Os dezoito restantes eram homens ligados ao negócio dos produtos agrícolas predomi-

⁶¹ Polícia Secreta dos Últimos Anos do Reinado do Senhor D. João VI, Lisboa, Ano 1835, pp. 80-85.

nantes no concelho -trigo, vinho, azeite- e aos ofícios artesanais -carpinteiros, ferreiros, barbeiros-.

Uma testemunha de acusação ao depor diz: “Eles (os constitucionalistas de Campo Maior) tinham três correspondentes em Lisboa para saberem todas as notícias, que eram o Major Francisco Cesário Rodrigues Moacho, o qual frequentava a Câmara dos Pares e transmitia o que lá se passava (...). O Padre Pedro Lata frequentava a dos deputados, fazendo os mesmos serviços e (...) João Francisco de Mattos, que tudo o que se passava em Lisboa transmitia a esta Vila”. Outro depoente, referindo-se ao Major Moacho, diz que “era um acérrimo constitucional e inimigo declarado de Sua Majestade Fidelíssima (D. João VI) (e) que lhe ouvira dizer, em casa de João Matos, que não se devia fazer caso dos livros da religião mas só dos da Constituição”, e que era o dito Moacho que mandava para Campo Maior os “impressos da Constituição” (de 1822)⁶².

Em resultado de denúncias e do clima de terror fomentado pelos seguidores de D. Miguel, alguns desses liberais tiveram de procurar refúgio em Lisboa, onde acabaram presos ou condenados a longos anos de reclusão. Entre os quais o campomaiorense Francisco Cesário Rodrigues Moacho, e Don Diogo Muñoz Torrero, o conceituado Bispo espanhol que estivera refugiado perto de cinco anos em Campo Maior, ambos falecidos nos cárceres da Torre de S. Julião da Barra.

Moacho era, segundo documento elaborado quando da sua entrada na prisão, “Sargento-mor graduado de Milícias”, pelo papel pioneiro que desempenhara na Revolução de Campo Maior em 1808, e pela coragem mostrada durante e cerco dos franceses àquela Vila em 1811. Tinha cinquenta e três anos de idade, no momento da sua detenção, em 12 de Janeiro de 1828, primeiro na cadeia do Limoeiro e, posteriormente, na Torre de São Julião da Barra, onde faleceu em 31 de Maio de 1833. Residia nos “Cardaes de Jesus”, em Lisboa, e era de “Estatura alta, cabelo e barba ruça, cego do olho direito, (vestia) casaca e calça de pano avinhado, de botas, e declarou não ter Ordens (...)”⁶³.

Durante o tempo que esteve detido nos cárceres de São Julião da Barra, Moacho correspondia-se com o seu filho mais velho e homónimo, então aluno do 6.º Ano Jurídico e candidato ao doutoramento na Faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, tenaz adversário de D. Miguel e do regime absolutista.

⁶² Arquivo da Torre do Tombo, Processos Políticos do Governo de D. Miguel, Maço 20, Proc.º 24, Fls. 34.

⁶³ Arquivo da Torre do Tombo, Processos Políticos do Governo de D. Miguel, Idem, fls.8.

A correspondência, como acontecia habitualmente nestas circunstâncias, era previamente lida pelos funcionários da cadeia. Para superar tal devassa, as missivas eram escritas com líquido invisível, chamado “simpático”. Porque que o estratagema foi descoberto ou por razão próxima, os carcereiros detetaram carta de Moacho com notícia que lhes desagradou. Por tal motivo foi mandado, para o subterrâneo da Torre de São Julião da Barra, onde permaneceu mais de um mês⁶⁴.

A troca de mensagens entre pai e filho iria ser pouco duradoira, uma vez que, Moacho filho será, a partir de Março de 1828, alvo de feroz perseguição das autoridades policiais do país, como ameaçadoramente anuncia o jornal *Gazeta de Lisboa*, daqueles dias: “Todo aquele que depois de oito dias ocultar Francisco Cesário Rodrigues Moacho (...) será enforcado se se descobrir (...)”.

Acontecia que jovem campomaiorense, aluno finalista da Faculdade de Leis, era presidente de uma associação secreta coimbrã composta maioritariamente por estudantes – os Divodignos – a que pertencia o grupo de embuçados que, dias antes daquele aviso, em 18 de Março de 1828, assassinaram, próximo de Condeixa, certos lentes da Universidade de Coimbra que se dirigiam a Lisboa ao “beija-mão” a D. Miguel⁶⁵.

Quanto ao Bispo Muñoz Torrero, residente cerca de cinco anos em Campo Maior e que nos cárceres de São Julião da Barra foi vítima das mais abjetas sevícias, deve dizer-se que não era um cidadão comum. Fora professor catedrático na Universidade de Salamanca, Reitor da mesma Universidade, apoiante consequente do movimento Juntista e um dos principais redatores da Constituição mais progressista de Espanha até então elaborada - a Constituição de Cádiz em 1812. O notável intelectual espanhol que, à data da prisão, em Novembro de 1828, tinha sessenta e sete anos de idade, vai resistir pouco tempo aos maus tratos físicos e psíquicos sofridos na prisão, falecendo cerca de quatro meses depois.

Igualmente detido no Limoeiro, em Lisboa, em 10 de Janeiro de 1829, transferido para a Torre de S. Julião da Barra, em 23 de Maio e solto em 23 de Julho daquele ano, foi António Martins Sequeira Azinhais, negociante, natural

⁶⁴ JOÃO BATISTA DA SILVA LOPES: “História do Cativoiro dos Presos de Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa,” Publicações Europa-América, pp. 167 e 297.

⁶⁵ SOUSA E COSTA: “Grandes Dramas Judiciários” Editorial Primeiro de Janeiro, Porto, p. 68.

de Campo Maior. O mesmo aconteceu a seu irmão, Francisco António Sequeira Azinhais, Furriel de Caçadores 1, em Elvas, preso em Maio de 1828. Este último, dois anos depois, foi transferido para a dita Torre de S. Julião, de onde, após julgamento, foi condenado ao desterro, por cinco anos, para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde. O primeiro destes irmãos fora um dos doze homens que, cerca de uma semana após o início da Revolução de Campo Maior, em 1808, participara, com apoio da Junta Provisória local, na emboscada montada nas cercanias de Elvas que vitimou o Coronel francês Michel, comandante da tropa de Junot que ocupava aquela cidade, episódio a que antes nos referimos⁶⁶.

Outros campomaioreses houve que, para evitarem cair nas malhas apertadas da repressão miguelista, se refugiaram em Espanha e na Bélgica ou, infelizmente, foram presos e condenados a longos anos de desterro para Moçambique, para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde, ou para a de São José de Bissau, na Guiné onde, em finais da década de 1830, se encontravam deportados vários naturais de Campo Maior⁶⁷.

Entre os campomaioreses, vítimas de perseguição por motivos políticos, destaca-se, pela sua juventude e qualidades intelectuais, José António dos Santos, filho do mercador António Joaquim dos Santos que, em Julho de 1808, fora preso em Campo Maior sob acusação de afrancesado. O José António dos Santos tinha 22 anos de idade, em 1830, quando por suspeita de defender o liberalismo foi detido em Elvas, em Caçadores 1, onde era furriel. Levado para a Torre de São Julião da Barra, foi julgado e condenado a degredo perpétuo para Moçambique. Na sua adolescência fora discípulo do Bispo Muñoz Torro, durante a estadia deste em Campo Maior, e leitor interessado de obras como o *Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau; as *Ruínas de* (Palmira), de Constantin de Chassebouef, *Conde de Volney*; e o *Citador de* (Pigault) *Lebrun*. Libertado em 1834, em resultado da vitória dos liberais, em 1835 já se encontrava na terra natal. Depois de anos de vida atribulada, casou em Campo Maior e aqui nasceu um filho que já não chegou a ver, dado que faleceu pouco antes, com trinta e três anos de idade, vítima de acidente com arma de fogo, em Elvas, em Março de 1841⁶⁸.

⁶⁶ JOÃO BATISTA DA SILVA LOPES: *Obra citada*, pp. 31 e 42; J. Acúrsio das Neves, *Obra citada*, Tomo V, Cap. LXIX, p. 296.

⁶⁷ Arquivo Distrital de Portalegre, Livros Notariais de Campo Maior, Maço 153, Proc.º. 4090.

⁶⁸ DUBRAZ, J.: *Obra citada*, pp. 205-209.

Os episódios de violência repetiam-se por essa época em Campo Maior, alguns dos quais o historiador campomaiorense João Dubraz foi testemunha ocular e nos dá notícia detalhada. “Em um desses dias de tumulto da plebe (provavelmente no ano 1829) capitaneada por alguns que não eram plebe, inundava as ruas como uma vaga, vociferando palavras de sangue, uma grande massa de gente armada de espingardas, catanas ferrugentas, espetos e cacetes encheu o largo do Terreiro. À sua chegada descargas de pedras foram lançadas contra algumas portas de comprometidos, depois um rugido articulado saiu da turba, e esse rugido correspondeu às palavras: *o ladrão do boticário*”.

O boticário era José da Costa Neves, filho do conhecido historiador José Acúrsio das Neves, que numa loja do largo do Terreiro, decerto pertencente antes a Francisco Cesário Rodrigues Moacho, exercia a sua profissão desde 1822.

No seguimento dos apedrejamentos, alguns populares invadiram a dita loja, os que lá não cabiam, “espreitavam as janelas com espingardas apontadas (...). Repentinamente o telhado da casa do boticário formou uma corcova e depois um buraco (...) onde surgiu uma cabeça humana com os cabelos em desordem”. Era o boticário Neves que, de espingarda na mão e cartucheira à cinta, se esgueirava rapidamente pelos telhados das casas vizinhas. Em breve cairia nas mãos dos populares, que como um trofeu o conduziram à prisão.

Enquanto tal acontecia, num edifício fronteiro àquele, onde João Dubraz então morava com seus progenitores, a mãe chorava e rezava. O pai, comerciante de “tecidos de algodão, quinquilharias e mercearias”, estabelecido no rés-do-chão da casa de residência, fugira para fora da Vila, com receio das investidas dos seguidores de D. Miguel⁶⁹.

A agitação e as arruaças promovidas pelos próceres do miguelismo continuaram em Campo Maior durante o período da guerra civil em Portugal, entre 1832-1834.

Por este tempo “percorriam a povoação, mormente nos dias de correio (três em cada semana) turmas de rapazes de 12 a 15 anos, apedrejando as casas dos liberais e dando vivas ao rei (D. Miguel) e morras aos *malhados* (os liberais). Nos primeiros meses de luta esperava-se todos os dias a expugnação do Porto; o exército fiel (aos miguelistas) estava sempre próximo a debelar a cidade rebel-

⁶⁹ *Idem*, p. 41.

de (favorável aos liberais); e tendo-se de antemão anunciado que a vitória havia de ser celebrada com sangue, os liberais que eram tolerados na vila fugiam para o campo nos dias de correio, em quanto a mala (do correio) era esperada com foguetes”⁷⁰.

Testemunhos diversos comprovam o apoio entusiástico e prolongado de parte considerável dos campomaiorenses a D. Miguel e a perseguição violenta contra aqueles se lhe opunham. Fenómeno que João Dubraz, observador direto dessas manifestações de intolerância e ódio, procura explicar, escrevendo: “Se a luta se houvesse mantido no campo do raciocínio ou no terreno da prática é bem certo que a razão havia de convencer os remissos, reprimir os levianos, regenerar os embrutecidos. Não aconteceu assim. Os mal-intencionados, aproveitando acasos favoráveis e a intermitência do progresso liberal na Europa puseram em campo as últimas camadas sociais, suscitando-lhes todas as paixões ruins (...)”⁷¹.

Como contributo para a compreensão de tão violenta conduta, por parte considerável da população local, podemos acrescentar as altas percentagens de analfabetismo; o exacerbamento das emoções; o reduzido número de vozes esclarecidas contrárias ao miguelismo, capazes de combater a irracionalidade reinante. Gente na sua grande maioria foragida, encarcerada, desterrada para as colónias em África, ou silenciada pela lembrança dos infortúnios causados a familiares, amigos ou vizinhos.

A encerrar esta narrativa, será interessante saber – ironias da história – que pelas ruas de Campo Maior, onde durante anos desfilaram grupos exaltados vitoriando D. Miguel e clamando morte aos liberais, caminharam também, após assinatura da Convenção de Évora Monte, em 26 de Maio de 1834, em direção aos Paços do Concelho da Vila, grande parte dos oficiais do Estado-Maior do Exército miguelista para, em cerimónia lúgubre, subscreverem a sua rendição e jurar obediência a D. Pedro IV e aos princípios do liberalismo⁷².

⁷⁰ *Idem*, p. 45.

⁷¹ *Idem*, p. 39.

⁷² VIEIRA, Rui Rosado: “A Capitulação de Unidades do Exército Miguelista em 1834, em Campo Maior”, *Callipole*, Revista de Cultura N.º 12, 2004, Camara Municipal de Vila Viçosa, pp. 81-93.

IX. CONCLUSÕES

A “Memória Histórica” que Fr. João Mariano redigiu é própria de alguém possuidor grande determinação, elevada erudição e domínio da escrita, qualidades que haviam de o elevar a lugar de destaque entre os conterrâneos do seu tempo.

Loquaz, arguto e incisivo na observação e descrição das membros proeminentes das Juntas de Governo de Campo Maior e de Badajoz, das solenidades civis e religiosas em que participou ou assistiu, Fr. João Mariano quase nada nos diz sobre o comportamento da “arraia-miúda”, a esmagadora maioria das gentes da sua terra natal, nos sucessos ocorridos em Campo Maior no Verão de 1808.

Tal silêncio leva-nos a concluir que, ao contrário de outros lugares do país em que o povo amotinado aproveitou a ocasião para clamar por melhoria das suas miseráveis condições de vida, a população de Campo Maior manteve-se passiva face aos acontecimentos, obedecendo sem reservas à Junta de Governo Provisional.

Junta dirigida por elementos escolhidos pelos campomaiorenses, sem sujeição a qualquer poder central ou regional, mas sem apoios financeiros necessários à gestão de uma Vila que, de repente, passara de cerca 5.000 para próximo de 10.000, o número de indivíduos alojados no interior de suas muralhas. Sendo que metade seriam civis e outra metade militares e que, entre os primeiros, parte significativa eram forasteiros - gente das terras vizinhas fugida das tropas de Napoleão - e entre os segundos, grande número eram naturais de diferentes países europeus.

Para a passividade do povo terá contribuído o papel dissuasor das Juntas. A de Campo Maior, tal como outras, constituída na sua esmagadora maioria por membros da nobreza, clérigos, magistrados e oficiais do exército, marcou, para defesa dos seus interesses, os limites de intervenção política e contestação das gentes de mais baixa condição social residentes na Vila. Barrando, assim, qualquer hipotética tentativa de ataque aos privilégios consagrados do Antigo Regime.

O levantamento patriótico ocorrido em Campo Maior, idealizado e organizado por um reduzido número de homens naturais da Vila, deve o seu êxito ao apoio entusiástico da população campomaiorense e aos auxílios da Junta de Badajoz em homens e armamento imprescindíveis à eclosão e defesa da revolução, sem os quais a empresa inevitavelmente fracassaria. Acontecimento que pelas

cumplicidades e relações de amizade geradas, constitui um momento raro na História dos dois povos peninsulares.

A repressão miguelista, que com altos e baixos percorreu Campo Maior no decurso dos anos 1824-1834, evidencia uma característica paradoxal: parte significativa dos perseguidos naquele período por suspeitas de partidários do liberalismo eram indivíduos que direta ou indiretamente se haviam empenhado no combate à presença do exército de Junot em Portugal, em 1808.

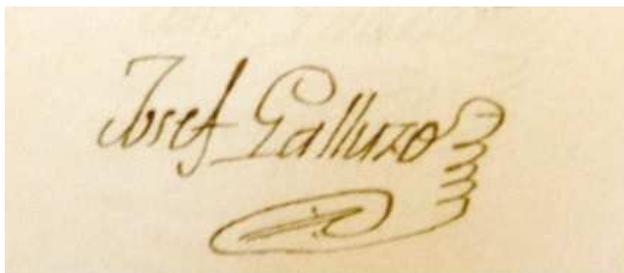
Eram homens da classe média que, não obstante terem lutado de armas na mão contra os representantes dos ideários da Revolução Francesa, pretendiam liberdade para o exercício dos seus negócios: a exportação de produtos agrícolas e seus derivados para Lisboa – trigo, vinho, azeite, lã, gado para abate – e venda de tabaco, mercearias e tecidos importados. Artigos em grande parte destinados ao comércio com as gentes do outro lado da raia. Recorrendo, se necessário, à formação sociedades comerciais com participação de homens de negócio instalados em Lisboa. Aspiração que os seculares privilégios do alto clero e da nobreza - os grandes proprietários de terras no Alentejo - contrariavam mas que, com a vitória dos liberais em 1834, de pronto se constituíram na Vila raiana.

Os acontecimentos narrados, ocorridos em Campo Maior nas primeiras décadas do Séc. XIX, evidenciam um protagonismo militar e político desproporcionado face à reduzida população e ao parco desenvolvimento económico e cultural da Vila. Proeminência derivada da sua localização de terra de fronteira de fácil transposição, situada a curta distância de Badajoz. Posição geográfica facilitadora de contatos de toda a ordem, aos quais, para o bem ou para o mal, o burgo alentejano deve parte substancial do seu dinâmico passado.

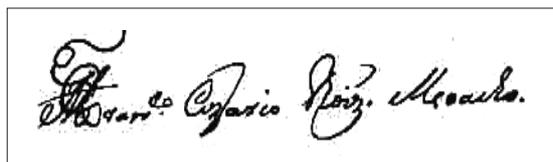
DOCUMENTOS ANEXOS

The image shows a collection of handwritten signatures in cursive script on a light-colored paper. The signatures are arranged in two main groups. The top group includes names such as 'Miguel Per. de Sampaio', 'Jose Joaquim...', 'D. Demian...', 'Manoel Fr.º Pr.', 'João José...', 'João José...', 'João...', 'João...', 'Manoel...'. The bottom group includes 'João...', 'Luiz...', 'João...', 'João...', 'Manoel...'. The ink is dark, and the handwriting is fluid and characteristic of the early 19th century.

Assinaturas dos membros da Junta Revolucionária
e da Vereação Municipal de Campo Maior, em 1808

A photograph of a handwritten signature in brown ink on aged, yellowish paper. The signature reads "Josef Galluzo" in a cursive script, followed by a large, stylized flourish that resembles a number "3" or a similar symbol.

Assinatura do General Josef Galluzo

A photograph of a handwritten signature in black ink on white paper. The signature reads "Francisco Cesário Rodrigues Moacho" in a cursive script, enclosed within a thin black rectangular border.

Assinatura de Francisco Cesário Rodrigues Moacho